



Lavoro Agro Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
30 de junho de 2025 e 2024

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1. Informações sobre a Companhia.....	9
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	10
3. Resumo das políticas contábeis materiais.....	13
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5. Contas a receber de clientes.....	14
6. Instrumentos financeiros	16
7. Gestão de risco financeiro e de capital.....	20
8. Estoques.....	25
9. Impostos a recuperar	26
10. Contratos futuros de <i>commodities</i>	27
11. Adiantamentos a fornecedores	28
12. Arrendamentos	29
13. Investimentos.....	31
14. Imobilizado	35
15. Intangível.....	37
16. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	38
17. Fornecedores.....	39
18. Empréstimos	40
19. Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA).....	41
20. Obrigações por cotas FIAGRO	42
21. Contas a pagar por aquisição de controlada	42
22. Combinação de negócios.....	43
23. Imposto de renda e contribuição social	44
24. Provisões.....	47
25. Adiantamentos de clientes.....	48
26. Partes relacionadas	48
27. Patrimônio líquido.....	50
28. Receita de contratos com clientes.....	53
29. Custos e despesas por natureza	54
30. Outras receitas e despesas operacionais	55
31. Receitas e despesas financeiras	56
32. Transações que não envolvem o caixa	56
33. Eventos subsequentes	57

Lavoro Agro Holding S.A.
 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	321	72.216	329.683	856.626
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.219.187	2.146.189
Estoques	8	-	-	644.485	1.437.340
Impostos a recuperar	9	1.220	441	17.103	47.144
Partes relacionadas	26	-	13.318	211.804	149.981
Instrumentos derivativos	7	-	-	4.509	37.667
Contratos futuros de commodities	10	-	-	33.592	137.660
Adiantamento a fornecedores	11	-	-	347.391	228.576
Outros ativos		623	6.139	46.261	23.146
Total do ativo circulante		2.164	92.114	2.854.015	5.064.329
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	54.152	54.153
Partes relacionadas	26	575.407	402.600	-	-
Outros ativos		226	226	4.039	4.298
Contratos futuros de commodities	10	-	-	-	3.000
Ativo de direito de uso	12	4.229	4.221	92.725	160.292
Depósitos judiciais		-	-	12.198	10.520
Impostos a recuperar	9	-	-	310.013	299.228
Impostos diferidos	23	-	-	-	285.139
Investimentos	13	2.769	926.851	2.347	2.088
Imobilizado	14	6.393	17.417	52.447	78.830
Intangível	15	42.506	37.274	46.488	894.274
Total do ativo não circulante		631.530	1.388.589	574.409	1.791.822
Total do ativo		633.694	1.480.703	3.428.424	6.856.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavoro Agro Holding S.A.
 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	-	-	2.945.077	3.407.431
Passivo de arrendamento	12	1.843	1.953	47.147	64.815
Empréstimos	18	-	-	447.445	647.029
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	19	410.515	918	410.515	918
Obrigações com cotistas	20	-	-	458.330	175.520
Contas a pagar por aquisição de controlada	21	-	6.827	46.203	172.653
Partes relacionadas	26	442.914	319.083	313.687	459.909
Instrumentos derivativos	7	22.194	-	31.411	75.175
Contratos futuros de commodities	10	-	-	33.164	65.641
Obrigações trabalhistas		22.952	10.373	143.071	141.786
Impostos a pagar	6	3.719	336	69.481	23.966
Dividendos a pagar		-	-	18.722	411
Adiantamento de clientes	25	-	-	87.910	233.373
Outros passivos	17	13.976	1.790	199.363	41.335
Total do passivo circulante		918.113	341.280	5.251.526	5.509.962
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	88	592
Passivo de arrendamento	12	2.821	2.551	55.902	108.462
Empréstimos	18	-	-	-	165
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	20	-	415.934	-	404.647
Contratos futuros de commodities	10	-	-	-	316
Contas a pagar por aquisição de controlada	21	6.827	-	103.116	9.307
Provisões para contingências	24	-	-	11.004	4.111
Outros passivos		-	-	597	590
Impostos a pagar	6	-	-	3.640	777
Impostos diferidos	23	-	-	-	1.606
Provisão para perda com investimentos	13	1.604.194	-	-	-
Total do passivo não circulante		1.613.842	418.485	174.347	530.573
Patrimônio líquido – (passivo a descoberto)					
Capital social	27	1.457.186	1.350.566	1.457.186	1.350.566
Adiantamento para futuro aumento de capital		91.752	198.372	91.752	198.372
Reserva de capital	27	34.422	11.983	34.422	11.983
Ajustes de avaliação patrimonial	27	(160.157)	(167.806)	(160.157)	(167.806)
Prejuízos acumulados	27	(3.321.464)	(672.177)	(3.321.464)	(672.177)
		(1.898.261)	720.938	(1.898.261)	720.938
Participação dos não controladores		-	-	(99.188)	94.678
Total do patrimônio líquido – (passivo a descoberto)		(1.898.261)	720.938	(1.997.449)	815.616
Total do passivo e patrimônio líquido – (passivo a descoberto)		633.694	1.480.703	3.428.424	6.856.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita de contratos com clientes	28	-	-	4.861.065	7.936.720
Custos dos produtos vendidos	29	-	-	(4.403.165)	(7.022.957)
Lucro bruto		-	-	457.900	913.763
Despesas gerais e administrativas	29	(239.554)	(26.236)	(2.199.881)	(926.121)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	120	11.451	16.317	48.465
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.356.762)	(612.927)	668	(485)
(Prejuízo)/Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(2.596.196)	(627.712)	(1.724.996)	35.622
Receitas financeiras	31	66.053	40.126	337.463	393.958
Despesas financeiras	31	(107.471)	(62.998)	(1.037.321)	(1.038.957)
Outras despesas financeiras	31	(11.517)	(1.895)	(131.118)	(114.972)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.649.131)	(652.479)	(2.555.972)	(724.349)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	(156)	-	(303.804)	39.060
Prejuízo líquido do exercício		(2.649.287)	(652.479)	(2.859.776)	(685.289)
Atribuível à:					
Acionistas controladores		(2.649.287)	(652.479)	(2.649.287)	(652.479)
Acionistas não controladores		-	-	(210.489)	(32.810)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavoro Agro Holding S.A.
 Demonstrações dos resultados abrangentes
 Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		(2.649.287)	(652.479)	(2.859.776)	(685.289)
Perda na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	13	-	752	107	752
Total do resultado abrangente do exercício		(2.649.287)	(651.727)	(2.859.669)	(684.537)
Atribuível à:					
Acionistas controladores		(2.649.287)	(651.727)	(2.649.180)	(651.727)
Acionistas não controladores				(210.489)	(32.810)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavoro Agro Holding S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Adiantamento o para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2023		1.350.566	-	12.505	(148.313)	(19.698)	1.195.060	119.590	1.314.650
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	-	198.372	-	-	-	198.372	5.933	204.305
Aquisição de não controladores	13.c	-	-	-	(11)	-	(11)	(41)	(52)
Aquisição de subsidiárias	13.c	-	-	-	(20.307)	-	(20.307)	2.006	(18.301)
Ajuste acumulado de conversão	13	-	-	-	825	-	825	-	825
Remuneração baseada em ações	27	-	-	(522)	-	-	(522)	-	(522)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(652.479)	(652.479)	(32.810)	(685.289)
Em 30 de junho de 2024		1.350.566	198.372	11.983	(167.806)	(672.177)	720.938	94.678	815.616
Aumento de capital	27	106.620	(106.620)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de não controladores	13.c	-	-	-	(10.590)	-	(10.590)	10.590	-
Ajuste acumulado de conversão	13	-	-	-	107	-	107	-	107
Remuneração baseada em ações	27	-	-	22.439	-	-	22.439	-	22.439
Outros		-	-	-	18.132	-	18.132	6.033	24.165
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.649.287)	(2.649.287)	(210.489)	(2.859.776)
Em 30 de junho de 2025		1.457.186	91.752	34.422	(160.157)	(3.321.464)	(1.898.261)	(99.188)	(1.997.449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavoro Agro Holding S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	Controladora 2024	2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(2.649.131)	(652.479)	(2.555.972)	(724.349)
Ajustes para reconciliação do prejuízo líquido do exercício:					
Resultado de equivalência patrimonial		2.397.435	612.927	(668)	485
Provisões para perdas de créditos esperadas		-	-	321.022	60.779
Reversão de perdas de créditos esperadas		-	-	(105.901)	-
Perda com baixa de títulos cedidos		-	-	249.144	-
Variação cambial		307	(16)	62	33.330
Juros sobre empréstimos e financiamentos	31	57.983	28.995	287.265	265.526
Juros de clientes		-	-	(277.084)	(359.530)
Juros de fornecedores	31	-	-	661.141	667.072
Resultado na variação do valor justo dos instrumentos derivativos		22.194	-	11.915	(27.106)
Juros ativos sobre benefícios fiscais		-	-	(2.295)	(18.902)
Ajuste a valor justo dos contratos futuros de commodities		-	-	(32.477)	108.748
Amortização de intangível	29	18.005	12.950	52.940	66.260
Amortização de arrendamento - direito de uso	29	2.282	2.290	62.604	70.059
Depreciação	29	2.448	1.309	14.239	12.536
Perdas no valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	29	155.364	-	822.257	-
Provisão para perdas de inventário		-	-	78.943	44.932
Provisão para contingências		-	-	6.893	3.410
Pagamento baseado em ações		21.794	-	22.438	(333)
Outros		(13.245)	3.652	6.927	(12.512)
Varição nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		-	-	141.458	(107.866)
Estoques		-	-	713.912	155.799
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(118.815)	(46.481)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	107.068	62.874
Impostos a recuperar		(779)	(62)	21.551	181.764
Partes relacionadas		(159.489)	(350.487)	(61.823)	99.710
Outros ativos		5.515	(5.797)	(22.916)	-
Fornecedores		-	-	(580.245)	1.263.111
Adiantamentos de clientes		-	-	(381.393)	(249.715)
Obrigações sociais e trabalhistas		12.579	(25.681)	1.285	(38.609)
Partes relacionadas		123.831	17.529	(146.222)	-
Obrigações tributárias		3.383	(17)	80.938	16.485
Outros passivos		5.359	(20.688)	158.037	(12.134)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e FIAGRO		(56.355)	(27.617)	(157.472)	(228.827)
Juros pagos na aquisição de subsidiárias		-	-	(2.481)	(8.988)
Juros pagos a fornecedores e passivo de arrendamento		(527)	(460)	(12.006)	(745.450)
Juros recebidos de clientes		-	-	54.610	393.239
Pagamento de imposto sobre o lucro		-	-	(32.560)	(157.842)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(51.047)	(403.652)	(613.681)	767.475
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		-	-	(28.789)	(201.641)
Aporte de capital em controladas	13	-	(157.570)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(18.717)	(23.948)	(27.801)	(44.260)

Lavoro Agro Holding S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.717)	(181.518)	(56.590)	(245.629)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	275.898	1.826.594
Pagamento de empréstimos	-	-	(457.986)	(2.053.445)
Captação CRA	19	413.546	-	404.647
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	(2.131)	(1.896)	(65.734)	(66.135)
Recursos provenientes do FIAGRO, líquidos dos custos de transação	-	-	156.328	137.496
Reembolso de cotistas - FIAGRO	-	-	-	(110.530)
Fornecedores risco sacado	-	-	-	(16.569)
Pagamento de aquisições	-	-	-	(52)
Dividendos pagos	-	-	-	(1.208)
Operações com partes relacionadas	-	-	235.930	-
Aumento de capital	27	241.301	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.131)	652.951	144.436	120.798
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(71.895)	67.781	(525.835)	642.644
Variação cambial caixa	-	-	(1.168)	6.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(72.216)	4.435	856.626	207.744
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	321	72.216	329.623	856.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações sobre a Companhia

(a) Contexto operacional

A Lavoro Agro Holding S.A., referida nessas demonstrações financeiras como “Controladora” ou “Lavoro Holding” (junto com suas subsidiárias, “Companhia”) foi constituída como uma Sociedade Anônima em 2017 e é domiciliada na cidade de São Paulo, Brasil. É uma das principais plataformas de distribuição de insumos agrícolas e tem se expandido, principalmente, por meio de fusões e aquisições de entidades de distribuição de insumos agrícolas como defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes e insumos especiais (fertilizantes foliares, biológicos, adjuvantes e organominerais).

A Companhia oferece aos agricultores um portfólio completo de produtos e serviços, fornecendo suporte multicanal. Os clientes da Companhia são produtores rurais que atuam na produção de cereais, principalmente soja e milho, além de algodão, citros e cultivos de frutas e vegetais, entre outros.

O agronegócio está sujeito a uma sazonalidade relevante ao longo do ano, principalmente, devido aos ciclos das culturas que dependem de condições climáticas específicas. As operações, principalmente no Brasil, possuem condições climáticas diferenciadas em relação a outros países produtores de *commodities* agrícolas, possibilitando a colheita de duas a três safras na mesma área por ano. Assim, considerando que as atividades dos clientes da Companhia estão diretamente relacionadas com os ciclos das culturas, que são de natureza sazonal, as receitas e os fluxos de caixa das vendas também podem ter uma sazonalidade substancial.

A venda dos produtos depende das estações de plantio e crescimento, que variam de ano para ano, e espera-se que resultem em padrões altamente sazonais e flutuações substanciais nas vendas e na lucratividade trimestral. A demanda por nossos produtos é geralmente mais forte entre outubro e dezembro, com um segundo período de forte demanda entre janeiro e março. A sazonalidade dos insumos agrícolas faz com que os volumes de vendas e vendas líquidas sejam tipicamente mais altos no período entre setembro e fevereiro, enquanto nossas necessidades de capital de giro e dívida total são tipicamente mais altas logo após o término desse período.

A Companhia, na data da preparação destas demonstrações financeiras, é uma subsidiária indireta integral da Lavoro Limited, Companhia com sede nas Ilhas Cayman listada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) e com suas ações negociadas na Nasdaq sob o símbolo “LVRO”.

(b) Situação econômica e financeira da Companhia e Pedido de Recuperação Extrajudicial

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025 a Companhia sofreu os impactos da crise financeira que afetou o setor de insumos agrícolas no Brasil, tendo seus resultados e posição patrimonial e financeira sido afetados de forma relevante. Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$ 1.898.261 (positivo em R\$ 720.938 em 30 de junho de 2024) e consolidado de R\$ 1.997.449 (positivo em R\$ 815.616 em 30 de junho de 2024) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 3.321.464 (R\$ 672.177 em 30 de junho de 2024), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 915.949 (R\$ 249.166 em 30 de junho de 2024) e consolidado de R\$ 2.397.511 (R\$ 445.633 em 30 de junho de 2024).

Os principais fatores acumulados causadores dessa crise financeira foram:

- queda nos preços das commodities, que comprimiram as margens dos agricultores, atrasando a compra de insumos e levando à migração para produtos de menor valor agregado;
- condições climáticas adversas iniciadas no final de 2023 e agravadas em 2024, impactando severamente a disponibilidade hídrica, o suprimento de energia e, conseqüentemente, a produção no campo;
- altos níveis de estoque a altos custos de aquisição (devido a altas nos preços em 2022), que impactaram negativamente as vendas, a lucratividade e a geração de caixa nos anos seguintes;
- queda do preço de mercado dos insumos agrícolas, gerando tanto uma desvalorização do seu estoque como margens menores no momento da sua comercialização;
- restrições de acesso a crédito, aumento das taxas de juros e elevados índices de alavancagem dos produtores agrícolas, que resultaram em níveis maiores de inadimplência e a uma escalada nos pedidos de recuperação judicial de agricultores, colocando maior pressão na liquidez de toda a cadeia de insumos agrícolas no Brasil, desde fornecedores até canais de comercialização;
- aumento das exigências de garantia por parte dos fornecedores, que estressaram ainda mais as cadeias; e
- aumento da sua alavancagem e custo de financiamento por decorrência dos fatores acima citados e pelo fato do Brasil ter elevado constantemente sua taxa básica de juros.

Devido à deterioração das condições de mercado mencionada, foi contratada uma empresa de consultoria independente e especializada para atuar como assessor financeiro e avaliar alternativas para equacionar a estrutura de capital da Companhia diante do cenário econômico. Adicionalmente, a Companhia implementou uma reestruturação estratégica e operacional, realizando uma análise detalhada do portfólio de lojas e selecionando aquelas mais alinhadas à sua estratégia de sustentabilidade, o que resultou na redução do número total de unidades, principalmente nas localidades com operações de vendas sobrepostas em um mesmo município, além de diversas outras iniciativas com o objetivo de reduzir o nível das despesas gerais e administrativas.

Diante deste cenário, a Companhia definiu como alternativa para manter a continuidade de suas operações, o Plano de Recuperação Extrajudicial (“PRE”), que foi protocolado em 18 de junho de 2025, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

O referido plano foi apresentado em conformidade com um acordo previamente negociado com seus principais fornecedores de insumos, tendo como objetivo a extensão dos prazos de pagamento e a garantia de abastecimento do estoque, de modo a restabelecer o equilíbrio financeiro e atendimento as demandas de escoamento de produtos a clientes. Os passivos financeiros originados em operações financeiras, como empréstimos, mútuos, FIDCs/FIAGRO e outras obrigações não relacionadas à compra de insumos agrícolas estão fora do perímetro do PRE, sendo respeitados seus prazos originais e/ou renegociados bilateralmente. O objetivo PRE é ajustar o perfil de endividamento e preservar a continuidade operacional da Companhia. Os efeitos decorrentes do referido plano estão sendo avaliados pela Administração e somente terão impacto nos registros contábil após a homologação em juízo.

Na data do protocolo, aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em obrigações comerciais da Companhia perante seus fornecedores estavam sujeitas à reestruturação no âmbito do PRE. Os credores foram classificados em categorias distintas, com condições específicas de pagamento, de acordo com seu segmento de atuação, porte e intenção de manter a relação de fornecimento de produtos. O pagamento dos credores que aderirem ao plano ocorrerá de forma semestral, corrigidos por IPCA sem qualquer desconto, até 2030 e credores que não aderirem ao plano serão liquidados em 2032 em parcela única, com 50% de desconto.

Nesse contexto, a Companhia vem continuamente avaliando as premissas de continuidade operacional (*going concern*). As principais ações planejadas para sustentar a capacidade de continuidade incluem:

- Execução disciplinada dos planos de vendas, recebimentos, compras e pagamentos;
- Redução de despesas operacionais, administrativas e comerciais (SG&A);
- Regularização dos pagamentos de dívidas, incluindo a renegociação e renovação de linhas de crédito relevantes;
- Venda de ativos.

Todas essas medidas integram um plano abrangente de estabilização financeira e operacional, voltado à recuperação sustentável da Companhia e à proteção dos interesses de seus acionistas, credores e colaboradores.

Diante desse cenário, a Administração concluiu com base no teste anual de recuperabilidade dos ativos intangíveis e dos ativos fiscais diferidos ser necessário o reconhecimento de perdas no valor recuperável de R\$822.257 e R\$283.533 respectivamente, conforme detalhado nas Notas 16 e 23.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para ativos e passivos financeiros (incluindo contratos futuros de *commodities* e instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (“BRL” ou “R\$”), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

Apesar das incertezas significativas divulgadas na Nota 1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 31 de Outubro de 2025, a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis em circunstâncias normais. Quaisquer alterações nos fatos e circunstâncias podem levar a uma revisão dessas estimativas. Resultados reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e as revisões são reconhecidas com base em projeções. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
09	Contas a receber – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
10	Contratos futuros de <i>commodities</i>
16	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros

(c) Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. O encerramento do exercício social da Lavoro Holding é em 30 de junho. As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas para os mesmos períodos de divulgação, utilizando políticas contábeis consistentes.

Todos os saldos, transações, ganhos e perdas não realizados entre empresas da Companhia foram eliminados integralmente.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são todas baseadas no Brasil e estão descritas abaixo:

Nome	Principal atividade	Localização	2025	2024
Lavoro Agrocomercial S.A. (i)	Distribuidor de insumos agrícolas	Rondonópolis – MT	99,88%	97,43%
Agrocontato Comércio e Representações de Produtos Agropecuários S.A.	Distribuidor de insumos agrícolas	Sinop – MT	99,88%	97,43%
PCO Comércio, Importação, Exportação e Agropecuária Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Campo Verde – MT	99,88%	97,43%
Agrovenci Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. (MS)	Distribuidor de insumos agrícolas	Chapadão do Sul – GO	93,60%	93,60%
Produtiva Agronegócios Comércio e Representação Ltda. (i)	Distribuidor de insumos agrícolas	Paracatu – GO	92,61%	87,40%
Facirolli Comércio e Representação S.A. (Agrozap) (i)	Distribuidor de insumos agrícolas	Uberaba – MG	77,89%	62,61%
Agrovenci Comércio, Importação, Exportação e Agropecuária Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Campo Verde – MT	99,88%	97,43%
Central Agrícola Rural Distribuidora de Defensivos Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Vilhena – RO	99,88%	97,43%

Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.	Distribuidor de insumos agrícolas	Ponta Grossa – PR	93,60%	93,60%
Produtec Comércio e Representações S.A. (i)	Distribuidor de insumos agrícolas	Cristalina – GO	92,61%	87,40%
Qualiciclo Agrícola S.A.	Distribuidor de insumos agrícolas	Limeira – SP	72,17%	72,17%
Desempar Participações Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Denorpi Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Deragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Desempar Tecnologia Ltda. (iv)	Holding	Palmeira – PR	— %	93,60%
Futuragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Plenafértil Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Realce Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Palmeira – PR	93,60%	93,60%
Cultivar Agrícola Comércio, Importação e Exportação S.A.	Distribuidor de insumos agrícolas	Chapadão do Sul – GO	93,60%	93,60%
Nova Geração Comércio e Produtos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Pinhalzinho – SP	72,17%	72,17%
Floema Soluções Nutricionais de Cultivos Ltda. (i)	Distribuidor de insumos agrícolas	Uberaba – MG	77,89%	62,61%
Casa Trevo Participações S.A.	Holding	Nova Prata – RS	79,56%	79,56%
Casa Trevo Comercial Agrícola LTDA.	Distribuidor de insumos agrícolas	Nova Prata – RS	79,56%	79,56%
CATR Comercial Agrícola LTDA.	Distribuidor de insumos agrícolas	Nova Prata – RS	79,56%	79,56%
Sollo Sul Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Pato Branco – PR	93,60%	93,60%
Dissul Insumos Agrícolas Ltda.	Distribuidor de insumos agrícolas	Pato Branco – PR	93,60%	93,60%
Referência Agroinsumos Ltda. (i) (ii)	Distribuidor de insumos agrícolas	Dom Pedrito - RS	65,95%	65,52%
Lavoro Agro Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIAGRO I (iii)	Fundo de diretos creditórios	São Paulo – SP	5%	5%
Lavoro Agro Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIAGRO II (iii)	Fundo de diretos creditórios	São Paulo – SP	19,63%	— %
Perterra Trading S.A.	Distribuidor de insumos agrícolas	Montevideo - Urugay	93,60%	93,60%
CORAM - Comércio e Representações Agrícolas Ltda. (ii)	Distribuidor de insumos agrícolas	São Paulo – Brasil	72,17%	72,17%

(i) Alterações de não controladores estão descritas na Nota 13 – investimentos.

(ii) Subsidiárias adquiridas no exercício findo em 30 de junho de 2024, detalhes estão descritos na 22 – Combinação de negócios.

(iii) FIAGRO I e FIAGRO II foram constituídos em julho de 2022 e agosto de 2024, respectivamente (Nota 20).

(iv) Subsidiária encerrada por liquidação voluntária em 22 de agosto de 2024.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras incluem a seguinte empresa não consolidada:

Nome	Principal atividade	Localização	2025	2024
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	Consultoria	São Paulo – SP	20%	20%

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios.

(a) Novas normas contábeis, interpretações e alterações adotadas a partir de 1º de julho de 2024:

As seguintes novas normas contábeis, interpretações e alterações foram adotadas a partir de 1º de julho de 2024:

- Alteração ao IFRS 16 (R2) – Passivo de Locação em um Sale and Leaseback;
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado;
- Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio;
- OCPC 10 – Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)

Adicionalmente, as demais novas normas e interpretações não tiveram um efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Novas normas contábeis, interpretações e alterações emitidas, mas que ainda não foram adotadas:

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma dessas normas e não espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes.

As novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data da emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, são os seguintes:

- Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações;
- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade;
- IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima.

A Companhia pretende adotar esses novos padrões, emendas e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e a Companhia não espera que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(c) Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Controladora e, também, sua moeda de apresentação.

Para fins de consolidação, as operações no exterior são convertidas para Reais brasileiros da seguinte forma:

- (i) Ativos e passivos são convertidos para Reais na taxa de câmbio de fechamento na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Itens de lucro ou perda são convertidos pela taxa média mensal de câmbio; e
- (iii) As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas no patrimônio líquido como Ajuste Acumulado de Conversão.

O saldo da conta Ajuste Acumulado de Conversão é transferido para o resultado no período em que os ativos líquidos forem vendidos ou baixados. Qualquer *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) decorrente da aquisição de uma operação estrangeira e quaisquer ajustes de justo valor nos valores contábeis de ativos e passivos

decorrentes da aquisição são tratados como ativos e passivos da operação estrangeira e convertidos à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras.

Transações e saldos

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças decorrentes da liquidação ou conversão de itens monetários são reconhecidas na demonstração do resultado.

Quando aplicável, itens não monetários são mensurados a custo histórico em moeda estrangeira e convertidos pelas taxas de câmbio nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio na data em que o valor justo é determinado. Eventual ganho ou perda resultante da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo é tratado em linha com o reconhecimento do ganho ou perda na mudança no valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão em itens cujo ganho ou perda de valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes ou lucros ou perdas também são reconhecidos em outros resultados abrangentes, respectivamente).

(d) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é considerado circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou se pretenda vender ou consumir no ciclo operacional normal;
- São detidos principalmente para fins de negociação;
- Espera-se que seja realizado em até doze meses após o período do relatório; ou
- Seja classificado como caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja impedido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é considerado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- É mantido principalmente para fins de negociação;
- Deverá ser liquidado em até doze meses após o período do relatório; ou
- Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório.

Os termos do passivo que poderiam, por opção da contraparte, resultar em sua liquidação pela emissão de instrumentos patrimoniais não afetam sua classificação.

A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os equivalentes de caixa compreendem investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento igual ou inferior a três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui aplicações financeiras remuneradas entre 70% e 88% do CDI (88% do CDI em 2024).

5. Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação incondicional for devido pelo cliente (ou seja, apenas a passagem do tempo é necessária antes que o pagamento da contraprestação seja devido), conforme políticas contábeis de ativos financeiros descritas na Nota 6.

(a) Saldo do contas a receber de cliente:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber em moeda local	1.687.471	2.399.353
(-) Provisão para perda de crédito esperado	(414.132)	(199.011)
Total	1.273.339	2.200.342
Circulante	1.219.187	2.146.189
Não circulante	54.152	54.153

A taxa média de juros efetiva utilizadas para descontar as contas a receber ao seu valor presente foi de 1,12% a.m. para 30 de junho de 2025 (0,90% para 30 de junho de 2024).

A Companhia não possui cliente que represente mais de 10% do contas a receber ou das receitas operacionais.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025 a Companhia transferiu recebíveis para o FIAGRO no montante de R\$203.538 (R\$127.421 em junho de 2024). Uma vez que a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios desses recebíveis cedidos, os montantes não foram desconhecidos nas demonstrações financeiras e permanecem registrados na rubrica de Contas a receber de clientes. Consequentemente, um passivo resultante dessas operações foi registrado na rubrica Obrigações por cotas FIAGRO (Nota 20).

(b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(199.011)	(149.129)
Adições	(321.022)	(60.775)
Reversões (ii)	105.901	-
Aquisição de controlada (i)	-	(14.518)
Baixas de contas a receber	-	25.411
	(414.132)	(199.011)

(i) Saldos decorrentes de combinação de negócios (Nota 22).

(ii) Reversão de perdas de créditos esperadas em função das cessões de crédito com partes relacionadas mencionadas na Nota 26.

A política de risco de crédito da Companhia está descrita na Nota 7(b).

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento é composto pela seguinte abertura por vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	563.083	1.083.745
Vencidos		
1 até 60 dias	135.186	231.438
61 até 180 dias	418.087	686.050
181 até 360 dias	49.927	102.600
361 até 720 dias	275.025	168.783
720 ou mais dias	246.163	126.737
Provisão para perdas de crédito esperadas	(414.132)	(199.011)
Total	1.273.339	2.200.342

6. Instrumentos financeiros

Política contábil

Reconhecimento inicial e mensuração

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado
- Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos financeiros a custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e contratos futuros de *commodities*.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Impairment

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, que são os únicos instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado.

(i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nessa categoria e que estejam sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, substancialmente contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação dos Instrumentos financeiros de acordo com as categorias

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	1.273.339	-
Partes relacionadas	575.407	-	211.804	-
Contratos futuros de <i>commodities</i>	-	-	-	33.592
Instrumentos derivativos	-	-	-	4.509
Total	575.407	-	1.485.143	38.101
Passivos				
Fornecedores	-	-	2.945.165	-
Passivos de arrendamento	4.664	-	103.049	-
Empréstimos	-	-	447.445	-
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	410.515	-	410.515	-
Obrigações por quotas - FIAGRO	-	-	458.330	-
Contas a pagar por aquisição de controlada	6.827	-	149.319	-
Partes relacionadas	442.914	-	313.687	-
Instrumentos derivativos	-	22.194	-	31.411
Obrigações trabalhistas	22.952	-	143.071	-
Contratos futuros de <i>commodities</i>	-	-	-	33.164
Dividendos a pagar	-	-	18.722	-

Total	887.872	22.194	4.989.303	64.575
	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	2.200.342	-
Partes relacionadas	415.918	-	149.981	-
Contratos futuros de <i>commodities</i>	-	-	-	140.660
Instrumentos derivativos	-	-	-	37.667
Total	415.918		2.350.323	178.327
Passivos				
Fornecedores	-	-	3.408.023	-
Passivos de arrendamento	4.504	-	173.277	-
Empréstimos	-	-	647.194	-
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	416.852	-	405.565	-
Obrigações por quotas - FIAGRO	-	-	175.520	-
Contas a pagar por aquisição de controlada	6.827	-	181.960	-
Partes relacionadas	319.083	-	459.909	-
Instrumentos derivativos	-	-	-	75.175
Obrigações trabalhistas	10.373	-	141.786	-
Contratos futuros de <i>commodities</i>	-	-	-	65.957
Dividendos a pagar	-	-	411	-
Total	757.639	-	5.593.645	141.132

A Companhia considera que os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado possuem valor contábil próximo ao seu valor justo e, portanto, informações sobre seus valores justos não estão sendo apresentadas.

(a) Hierarquia do valor justo

A Companhia utiliza vários métodos para mensurar e determinar o valor justo (incluindo abordagens de mercado e abordagens de receita ou custo) e para estimar o valor que os participantes do mercado usariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo são classificados e divulgados dentro dos seguintes níveis de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis, para ativos e passivos idênticos e prontamente disponíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais o input de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais o *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Para ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se as transferências ocorreram entre os níveis da hierarquia reavaliando a categorização (com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para o valor justo mensuração como um todo) ao final de cada período de relatório.

Todos os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo são classificados no nível 2. Em 30 de junho de 2025 e 2024, não houve mudanças na metodologia do valor justo dos instrumentos financeiros e, portanto, não houve transferências entre os níveis.

7. Gestão de risco financeiro e de capital

(a) Considerações sobre fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

A Companhia está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem afetar seus negócios. O Conselho de Administração da Companhia é responsável por monitorar esses fatores de risco, bem como estabelecer políticas e procedimentos para mitigá-los. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera o tamanho e a complexidade de suas atividades, o que permite um melhor entendimento de como tais riscos podem impactar a estratégia da Companhia por meio de comitês e outras reuniões internas.

Atualmente, a Companhia está focada em planos de ação relativos a riscos que possam ter um impacto significativo em seus objetivos estratégicos, incluindo aqueles exigidos pela regulamentação aplicável. Para gerenciar e mitigar esses riscos com eficiência, sua estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação de riscos e avaliações para priorizar os riscos que são fundamentais para a busca de oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação de valor ou comprometer o valor existente, com possibilidade de impactando seus resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e/ou reputação.

As estratégias de gestão de risco da Companhia que foram desenvolvidas para mitigar e/ou reduzir os riscos do mercado financeiro a que está exposto são as seguintes:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de capital
- risco de taxa de juros
- risco de taxa de câmbio
- risco de preço de *commodities* em transações de *Barter*

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perdas financeiras caso um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber de clientes da Companhia. A Companhia mantém aplicações financeiras e derivativos com instituições financeiras aprovadas por sua administração seguindo critérios objetivos para diversificação desse risco.

A Companhia busca mitigar seu risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes estabelecendo limites de crédito para cada contraparte com base na análise de sua área de gestão de crédito. Essa determinação da exposição de crédito é realizada considerando as informações qualitativas e quantitativas de cada contraparte. A Companhia aposta também na diversificação da sua carteira e monitora os diversos indicadores de solvência e liquidez das suas contrapartes. Além disso, principalmente para os recebíveis parcelados, a Companhia monitora o saldo das provisões para perdas de crédito esperadas.

As principais estratégias de gestão de risco de crédito estão listadas a seguir:

- Criação de políticas e procedimentos de aprovação de crédito para clientes novos e existentes.
- Concessão de crédito a clientes qualificados por meio de:
 - Revisão de relatórios de agências de crédito, demonstrações financeiras e/ou referências de crédito, quando disponíveis.
 - Revisão das contas de clientes existentes a cada doze meses com base nos valores dos limites de crédito.
 - Avaliação de clientes e riscos regionais.
 - A obtenção de garantias por meio de averbação de Cédulas do Produtor Rural ("CPR"), que conferem a propriedade física dos respectivos bens agrícolas em caso de inadimplência do cliente.
- Estabelecimento de aprovação de crédito para fornecedores em caso de pagamentos antecipados
- Constituição de provisões usando o método de perda de crédito esperada ao longo da vida do considerando todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Os recebíveis são categorizados com base no número de dias de atraso e/ou no perfil de risco de crédito do cliente. As perdas estimadas em recebíveis são baseadas em contas com problemas conhecidos e perdas históricas. Os recebíveis são considerados inadimplentes e baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando é provável que todos os pagamentos contratuais remanescentes devidos não serão cobrados de acordo com os termos do contrato.
- Exigência classificações de crédito de contraparte mínimas aceitáveis de contrapartes financeiras.
- Estabelecimento de limites para contrapartes ou exposição de crédito; e
- Desenvolvimento de relacionamentos com contrapartes com grau de investimento.

A atual política de crédito estabelece limites de crédito para clientes com base na análise de score de crédito feita pela área de gestão de crédito da Companhia. Essa pontuação é determinada considerando as informações qualitativas e quantitativas relacionadas a cada cliente resultando em uma classificação de *rating* e um nível de exigência de garantias da seguinte forma:

Classificação de crédito	% de clientes	Classificação de risco	% Das garantias exigidas nas vendas	
			Médios produtores	Outros
AA & A	24	Muito pequeno	80-90%	0%
B	49	Médio	100%	30%
C & D	15	Alto	100%	60%
Simplificados	12	Pequenos produtores	N/A	N/A

Exposição máxima ao risco de crédito em 30 de junho de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	1.273.339	2.200.342
Contas a receber com partes relacionadas	211.804	149.981
Adiantamento a fornecedores	347.391	228.576
Total	1.832.534	2.578.899

(c) Risco de liquidez

A Companhia define risco de liquidez como o risco de perdas financeiras caso não consiga cumprir suas obrigações de pagamento relacionadas a passivos financeiros liquidados em caixa ou outros ativos financeiros em tempo hábil no vencimento. A abordagem da Companhia para gerenciar esse risco é garantir que tenha caixa disponível suficiente para liquidar suas obrigações sem incorrer em perdas ou afetar as operações. A administração é a responsável final pela gestão do risco de liquidez, que conta com um modelo de gestão de risco de liquidez para gerenciar as necessidades de financiamento e liquidez no curto, médio e longo prazo.

A posição de caixa da Companhia é acompanhada pela Administração, por meio de relatórios gerenciais e reuniões periódicas de desempenho. A Companhia também gerencia seu risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancário e outras linhas de financiamento consideradas adequadas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação de perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A seguinte análise de vencimento dos passivos financeiros da Companhia e contratos de instrumentos financeiros derivativos liquidados brutos (para os quais os fluxos de caixa são liquidados simultaneamente) é baseada nos fluxos de caixa contratuais não descontados esperados desde a data de encerramento do exercício até a data de vencimento contratual:

	Controladora		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	2025 Total
Passivos de arrendamento	2.120	3.244	5.364
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	481.364	-	481.364
Contas a pagar por aquisição de controlada	7.180	-	7.180
Partes relacionadas	509.351	-	509.351
Instrumentos derivativos	25.523	-	25.523
Obrigações trabalhistas	26.395	-	26.395
Total	1.051.933	3.244	1.055.177

	Consolidado		
	2025		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Fornecedores	2.957.987	88	2.958.075
Passivos de arrendamento	54.219	64.288	118.507
Empréstimos	514.562	-	514.562
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	472.092	-	472.092
Obrigações por quotas - FIAGRO	527.079	-	527.079
Contas a pagar por aquisição de controlada	48.592	108.448	157.040
Partes relacionadas	78.377	-	78.377
Contratos futuros de <i>commodities</i>	38.138	-	38.138
Instrumentos derivativos	36.122	-	36.122
Obrigações trabalhistas	164.531	-	164.531
Dividendos a pagar	18.722	-	18.722
Total	4.910.421	172.824	5.083.245

	Controladora		
	2024		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Passivos de arrendamento	1.953	2.551	4.504
Contas a pagar por aquisição de controlada	6.827	-	6.827
Partes relacionadas	319.083	-	319.083
Obrigações trabalhistas	10.373	-	10.373
Total	338.236	2.551	340.787

	Consolidado		
	2024		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Fornecedores	3.407.431	592	3.408.023
Passivos de arrendamento	64.815	108.462	173.277
Empréstimos	647.029	165	647.194
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	918	404.647	405.565
Obrigações por quotas - FIAGRO	175.520	-	175.520
Contas a pagar por aquisição de controlada	172.653	9.307	181.960
Partes relacionadas	459.909	-	459.909
Contratos futuros de <i>commodities</i>	65.641	316	65.957
Instrumentos derivativos	75.175	-	75.175
Obrigações trabalhistas	141.786	-	141.786
Dividendos a pagar	411	-	411
Total	5.211.288	523.489	5.734.777

(d) Risco de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é garantir níveis saudáveis de alavancagem e acesso a capital para apoiar as suas operações em curso. A Companhia gere a sua estrutura de capital e a ajusta em função das alterações nas condições económicas e das características de risco dos ativos subjacentes. Em função da situação económica descrita na Nota 1, a Companhia mantém o monitoramento de sua estrutura de capital por meio da avaliação das projeções de resultados e fluxos de caixa futuros e calcula a estrutura de capital necessária para garantir a

continuidade dos negócios, mantendo reuniões periódicas com o Conselho de Administração para avaliação de alternativas para buscar o reequilíbrio.

A Companhia não fez quaisquer alterações na sua abordagem à gestão de capital durante o ano.

(e) Risco de taxa de juros

Flutuações nas taxas de juros, como a taxa de depósito interbancário brasileiro, que é uma média das taxas interbancárias no Brasil (o “CDI”), pode afetar o custo dos empréstimos e novos empréstimos da Companhia.

A Companhia monitora periodicamente os efeitos das mudanças de mercado nas taxas de juros em sua carteira de instrumentos financeiros. Os recursos captados pela Companhia são utilizados para financiar o capital de giro em cada safra e são captados substancialmente em condições de curto prazo.

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar riscos de taxa de juros.

Análise de sensibilidade – exposição à taxa de juros

Para mitigar sua exposição ao risco de taxa de juros, a Companhia utiliza diferentes cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pela Taxa CDI.

O cenário 1 representa o impacto nos valores contabilizados considerando as taxas CDI mais atuais (setembro de 2025) e reflete as melhores estimativas da administração. Os cenários 2 e 3 consideram uma valorização de 25% e 50% nessas taxas de juros de mercado, respectivamente, antes dos impostos, o que representa uma mudança significativa no cenário provável para fins de sensibilidade.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos nas demonstrações de resultado:

	Índice	2025		
		Efeito no resultado e patrimônio líquido		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Empréstimos a taxa flutuante no Brasil	Taxa CDI (15,00%)	64.964	78.349	91.735
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	Taxa CDI (15,00%)	75.896	91.235	106.574
Total		<u>140.860</u>	<u>169.584</u>	<u>198.309</u>

(f) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de suas operações relacionadas a insumos agrícolas, principalmente o dólar norte-americano, que impacta significativamente os preços globais de insumos agrícolas em geral. Embora todas as compras e vendas sejam realizadas localmente, alguns contratos de compra e venda são indexados ao dólar norte-americano.

A Companhia procura reduzir esta exposição pelo gerenciamento das tabelas de preços e estratégias comerciais para buscar um hedge natural entre compras e vendas e adequar ao máximo a moeda e os prazos.

A tesouraria corporativa da Companhia é responsável pelo acompanhamento da exposição do fluxo de caixa previsto ao dólar norte-americano, e sempre que são identificados descasamentos de prazos e moedas, são adquiridos instrumentos financeiros derivados NDF (“*non deliverable forwards*”) para compensar essas exposições e, assim, cumprir os requisitos da política interna. A gestão é feita por “*macro hedging*” através da análise do fluxo de caixa previsto para as próximas duas safras.

O Comitê de Monitoramento da Exposição às Taxas de Câmbio da Companhia se reúne periodicamente com o departamento comercial, de tesouraria e corporativo. Existem também comitês de avaliação de compras e inteligência de negócios para os principais bens negociados pela Companhia.

A Companhia não adota contabilidade de hedge. Dessa forma, os ganhos e perdas das operações com derivativos são reconhecidos integralmente na demonstração do resultado, conforme divulgado na Nota 31.

(g) Análise de sensibilidade – exposição cambial

Para aferir sua exposição ao risco cambial, a Companhia utiliza diferentes cenários para avaliar suas posições ativas e passivas em moeda estrangeira e seus potenciais efeitos em seus resultados.

O cenário 1 abaixo representa o impacto nos valores contábeis das taxas de mercado mais atuais (24 de outubro de 2025) para o dólar norte-americano (R\$ 5,3797 a US\$ 1,00). Esta análise assume que todas as outras variáveis, particularmente as taxas de juros, permanecem constantes. Os cenários 2 e 3 consideram a valorização do real frente ao dólar norte-americano às taxas de 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos, o que representa uma mudança significativa no cenário provável para fins de sensibilidade.

A tabela a seguir apresenta os impactos potenciais em valores absolutos:

	Índice	2025		
		Efeito no resultado e patrimônio líquido		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Contas a receber de clientes em dólares americanos	5,3797	(889)	14.557	30.004
Fornecedores em dólares americanos	5,3797	2.202	(36.060)	(74.322)
Empréstimos em dólares americanos	5,3797	1.283	(21.018)	(43.320)
Impactos líquidos nas operações comerciais		2.596	(42.521)	(87.638)
Instrumentos derivativos financeiros	5,3797	(367)	6.016	12.399
Impacto total, líquido de derivativos		2.229	(36.505)	(75.239)

(h) Risco de preço de *commodities* em operações de *Barter*

Em todas as transações de *Barter* mencionadas na Nota 10, a Companhia utiliza o preço futuro de *commodities* no mercado como referência para avaliar as quantidades de *commodities* incluídas nos contratos futuros de *commodities* a serem entregues pelos clientes como pagamento pelos insumos vendidos pela Companhia em moeda corrente. A Companhia utiliza os preços cotados por tradings de *commodities* para avaliar os contratos de compra de grãos com os agricultores. A Companhia firma contratos de venda futura de grãos com tradings ou derivativos com instituições financeiras para vender esses mesmos grãos, ao mesmo preço dos contratos de compra firmados com os agricultores. Dessa forma, a estratégia da Companhia para gerenciar sua exposição aos preços das *commodities* é firmar os contratos de compra e venda em condições semelhantes.

Essas transações são conduzidas por um departamento corporativo que administra e controla esses contratos, bem como o cumprimento das políticas da Companhia.

(i) Análise de sensibilidade – exposição ao preço de *commodities*

Para aferir sua exposição ao risco de preço de *commodities*, a Companhia utiliza diferentes cenários para avaliar suas posições ativas e passivas em contratos futuros de *commodities* de soja e milho e seus potenciais efeitos em seus resultados.

O cenário “provável” abaixo representa o impacto nos valores contábeis de 30 de junho de 2024, com premissas descritas na Nota 10. Os demais cenários consideram a valorização das principais premissas às taxas de 25% e 50%, antes dos impostos, que representa uma mudança significativa no cenário provável para fins de sensibilidade.

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Média de preços contratuais	Preço de mercado atual	2025			
						25%		50%	
						Preço de mercado	Impacto	Preço de mercado	Impacto
Milho 2025	42.753	Comprada	32.330	44	45	57	8.083	68	16.165
Milho 2025	(42.495)	Vendida	(29.789)	(46)	42	53	(7.447)	63	(14.894)
Milho 2026	109	Comprada	(12)	67	(7)	(9)	(3)	(10)	(6)
Soja 2025	367	Comprada	357	109	58	73	89	88	179
Soja 2025	(789)	Vendida	(778)	(115)	59	74	(195)	89	(389)
Soja 2026	41.210	Comprada	(2.227)	116	(3)	(4)	(557)	(5)	(1.113)
Soja 2026	(12.307)	Vendida	385	(119)	(2)	(2)	96	(3)	192
Exposição do contrato de grãos	28.848		266				66		134
Milho 2025	(16.272)	Venda de derivativos	(501)	62	62	77	(125)	93	(250)
Milho 2026	(108)	Venda de derivativos	2	75	75	93	1	112	1
Soja 2026	(28.781)	Venda de derivativos	4.199	137	128	160	1.050	192	2.099
Exposição dos derivativos	(45.161)		3.700				926		1.850
Exposição Líquida (i)	(16.313)		3.966				992		1.984

(i) Exposição em relação aos contratos de compra do milho 2025 para os quais houve liquidação antecipada dos contratos físicos e os derivativos estão sendo mantidos até o vencimento original.

(j) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado principalmente relacionados a flutuações nas taxas de câmbio e nos preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos para mitigar a exposição a esses riscos. A Companhia vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos de transações com *tradings* de *commodities* e instituições financeiras, de modo que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia não realiza investimentos de natureza especulativa em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os derivativos de negociação são classificados como ativos ou passivos circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratos futuros de commodities (R\$)	-	-	1.199	(21.772)
Contratos futuros cambiais (US\$)	-	-	(5.907)	2.904
Swap taxa de juros (CDI x pré-fixada)	(22.194)	-	(22.194)	(18.640)
Total	(22.194)	-	(26.902)	(37.508)

8. Estoques

Política contábil

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos itens individuais do estoque são determinados utilizando os custos médios ponderados deduzidos de eventuais perdas quando aplicável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados do produto (quando aplicável) e os custos estimados necessários para realizar a venda.

Uma perda de estoque é reconhecida para estoques que estão próximos de sua data de vencimento e não há expectativa de que serão vendidos.

(a) Composição dos estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Mercadorias para revenda	708.737	1.486.877
(-) Provisão para perda de estoque	(64.252)	(49.537)
Total	644.485	1.437.340

(b) Movimentação de perda de estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(49.537)	(14.115)
Constituição de provisões	(14.715)	(31.318)
Aquisição de controlada (i)	-	(4.321)
Ajuste de conversão	-	217
Total	(64.252)	(49.537)

(i) Saldos decorrentes de combinação de negócios ocorrida no exercício de 2024. (Nota 22).

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (i)	-	-	81.514	79.026
Tributos federais (ii)	1.220	441	245.602	267.346
Total	1.220	441	327.116	346.372
Circulante	1.220	441	17.103	47.144
Não circulante	-	-	310.013	299.228

(i) O ICMS a recuperar é, em maioria, devido às operações no estado do Paraná, onde é mantido o crédito dos ICMS incidente sobre as compras, mesmo com a posterior saída das mercadorias beneficiada por isenção, diferimento ou redução de base de cálculo, o que gera um saldo credor do imposto.

(ii) Inclui: a) créditos decorrentes do programa de integração social (PIS) e programa de seguridade social (COFINS), bem como saldos negativos de IRPJ e CSLL. Esses créditos, reconhecidos no ativo circulante, serão utilizados pela Companhia para compensar outros tributos federais. b) impostos retidos e pagos a maior que podem ser utilizados para liquidar impostos federais vencidos ou futuros a pagar, incluindo créditos de IRPJ e CSLL decorrentes de benefícios fiscais de subvenções governamentais. c) retenção na fonte de imposto de renda sobre equivalentes de caixa que possam ser utilizados para compensar impostos devidos no final do ano-calendário, no caso de lucro tributável, ou transitar em caso de prejuízo fiscal.

Créditos de IRPJ e CSLL decorrentes de subvenção de ICMS

No exercício findo em 30 de junho de 2025 a companhia registrou saldos de créditos de IRPJ e CSLL decorrentes da tese de subvenções do ICMS deduzido da base de cálculo destes tributos. O benefício abrangeu subvenções utilizadas até dezembro de 2023, data em que cessou o incentivo fiscal devido à alteração na legislação. O saldo presente no balanço é o remanescente do que já foi restituído e/ou compensado com outros tributos federais.

Nos termos do artigo 30 da Lei no 12.973/2014, o montante dos benefícios relativos ao ICMS classificados como subvenção para investimento deverá ser destinado para a rubrica de reserva de incentivo fiscal quando houver lucro

suficiente em cada controlada. Adicionalmente, nos termos da mesma Lei, esses benefícios fiscais deverão compor a base de cálculo do IRPJ e CSLL quando houver distribuição de dividendos ou restituição de capital social aos sócios/acionistas das controladas.

Em 30 de junho de 2025, o saldo da reserva para incentivos fiscais nas controladas corresponde ao montante consolidado de R\$ 430.185 e o saldo de benefício fiscal ainda não destinado à referida reserva, por não haver lucros suficientes para essa destinação, corresponde ao montante consolidado de R\$ 881.225. A Companhia não tem a intenção de distribuir os valores de incentivo aos seus acionistas. Em caso de distribuição de dividendos, haverá tributação, conforme estabelece as leis fiscais.

10. Contratos futuros de *commodities*

Para determinados contratos com clientes, a Companhia realiza vendas a prazo de insumos agrícolas (por exemplo, fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes) em troca de entrega futura de grãos, principalmente soja e milho, no momento da sua colheita (“transações de *Barter*”).

É assinado um contrato (contrato de compra de grãos) entre a Companhia e o cliente, segundo o qual a Companhia e o cliente acordam uma quantidade de grãos, a ser entregue na colheita, que equivale ao preço total de venda dos insumos com base no preço futuro dos grãos na data em que o contrato com o cliente é celebrado. A principal obrigação do cliente sob este contrato é entregar o volume acordado de grãos como pagamento em uma data futura.

Simultaneamente, a Companhia firma um contrato futuro de venda de grãos com uma *trading* de *commodities*, de acordo com o qual a Companhia se compromete a entregar a mercadoria a ser recebida pelo cliente no âmbito da transação de venda de insumos. A estratégia da Companhia é celebrar este contrato para a mesma quantidade e nos mesmos termos do contrato entre a Companhia e seu cliente. Enquanto a venda física dos grãos não é concluída com as *tradings*, a Companhia pode celebrar um contrato derivativo em bolsas de mercadorias e futuros, como CBOT, ICE ou B3, por um período equivalente ao associado às compras físicas de grãos, visando mitigar a exposição a flutuações de preços. Consequentemente, a Companhia mantém esses contratos derivativos para realizar naturalmente a proteção contra a volatilidade do mercado. Assim que a venda física dos grãos é concluída, os contratos derivativos são prontamente liquidados para realizar os ganhos ou perdas.

No caso de o cliente não entregar a quantidade de *commodity* comprometida na colheita, por exemplo devido a um aumento significativo no preço da *commodity*, a Companhia é obrigada a:

- comprar a *commodity* no mercado à vista e entregá-la à empresa de comercialização de *commodities*; ou
- pagar uma compensação à *trading* de *commodities* em valor igual à diferença entre o preço da *commodity* entre o momento da entrega e o momento do fechamento do contrato (“risco de *washout*”).

A Companhia tem o direito de cobrar de seus clientes qualquer perda decorrente da liquidação de suas obrigações acima com as *tradings* de *commodities*.

Embora esses contratos sejam liquidados fisicamente (compra e venda de grãos), de acordo com o IFRS 9, a Companhia designa no reconhecimento inicial esses contratos futuros de *commodities* como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O valor justo dos contratos futuros de *commodities*, firmados com o cliente e a *trading* de *commodities*, é estimado com base em informações disponíveis no mercado e metodologias específicas de avaliação e descontado a valor presente, considerando as condições contratuais e os preços atuais de mercado para tais mercadorias. Esses contratos são divulgados pelo valor bruto no balanço patrimonial. Quando a Companhia liquida os contratos de compra e venda de grãos, o respectivo custo e receita são reconhecidos pelo valor do pagamento em dinheiro, mais o valor justo dos contratos a termo de *commodities* na data de liquidação.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo dos contratos futuros de *commodities* é estimado em uma base regional e baseados nos preços de *commodities* disponíveis nos mercados futuros de câmbio, dados de prêmios de balcão cotados pelos participantes do mercado e os custos de frete esperados estimados pela Companhia considerando dados históricos de frete terrestre.

Em 30 de junho de 2025, o valor justo dos contratos futuros de *commodities* é o seguinte:

	2025	Consolidado 2024
Ativo		
Contratos de compra	33.081	132.362
Contratos de venda	511	8.298
Circulante	33.592	137.660
Não circulante	-	3.000
Passivo		
Contratos de compra	(2.469)	(10.549)
Contratos de venda	(30.695)	(55.408)
Circulante	(33.164)	(65.641)
Não circulante	-	(316)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo são as seguintes:

	Em aberto	Preço médio dos contratos	Preço médio do mercado	Prêmio de mercado soja	Frete
	Volume (tons)	R\$/saca	(R\$ por saca de milho (ii); US\$ por <i>bushel</i> de soja (i))	(US\$/bu)	(R\$/ton)
Contratos de compra					
Soja					
Em 30 de junho de 2024	365.894	112,97	11,27	0,58	378,64
Em 30 de junho de 2025	41.576	116,06	10,66	0,44	398,17
Milho					
Em 30 de junho de 2024	211.895	45,19	65,08	N/A	257,28
Em 30 de junho de 2025	42.862	44,38	61,99	3,92	169,22
Contratos de venda					
Soja					
Em 30 de junho de 2024	141.069	112,71	11,30	0,55	410,70
Em 30 de junho de 2025	13.096	118,74	10,63	0,67	331,05
Milho					
Em 30 de junho de 2024	176.978	38,27	59,58	1	257,29
Em 30 de junho de 2025	42.495	45,92	61,96	3,83	175,17

(i) Preço de mercado publicado pela *Chicago Board of Trade*, bolsa de negociação nos Estados Unidos onde ocorrem negociações de opções e contratos futuros.

(ii) Preço de mercado publicado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bolsa de negociação no Brasil onde ocorrem negociações de opções e contratos futuros.

11. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores decorrem da modalidade “Compras à vista”, na qual a Companhia antecipa os pagamentos aos fornecedores de insumos agrícolas no início da safra e antes da efetiva entrega física dos produtos. Esses adiantamentos são de curto prazo e fazem parte da estratégia de formação de margens e garantia de qualidade e oferta do produto.

12. Arrendamentos

Política contábil

A Companhia arrenda prédios comerciais para suas funções administrativas, lojas de varejo, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de locação têm prazo de três a nove anos, mas podem incluir opções de prorrogação.

Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm termos e condições diferenciados. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os bens arrendados não podem ser usados como garantia de empréstimos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos de restauração, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

Veículos	3,5 anos
Terrenos e edificações	5,3 anos
Máquinas e equipamentos	3 anos

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência, menos quaisquer incentivos de:
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção.

Os pagamentos do arrendamento são descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia, que é a taxa que a Companhia arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante em um ambiente econômico semelhante com termos e condições.

Na determinação da taxa incremental de empréstimos, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida as taxas de contratos recentes de financiamento obtidos com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde a obtenção desses financiamentos;
- utiliza uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito;
- usa uma abordagem progressiva que considera uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia sem financiamento recente de terceiros; e
- realiza ajustes pontuais na taxa, prazo, país, moeda e garantia.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e despesa financeira. A despesa financeira é reconhecida na demonstração do resultado durante o prazo do arrendamento para produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos conforme incorridos como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI, pequenos itens de mobiliário de escritório e outros contratos de pequeno valor.

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a Companhia não possuía contratos de arrendamento com pagamentos variáveis de arrendamento.

(a) Ativos de direito de uso

	Controladora		
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Custo	4.964	5.462	10.426
Amortização acumulada	(2.345)	(3.860)	(6.205)
Em 30 de junho de 2024	2.619	1.602	4.221
Custo	6.983	5.425	12.408
Amortização acumulada	(3.342)	(4.837)	(8.179)
Em 30 de junho de 2025	3.641	588	4.229

	Consolidado			
	Veículos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Custo	98.991	163.985	86.347	349.323
Amortização acumulada	(52.699)	(97.234)	(39.098)	(189.031)
Em 30 de junho de 2024	46.292	66.751	47.249	160.292
Custo	99.811	162.224	85.637	347.672
Amortização acumulada	(75.762)	(127.678)	(51.507)	(254.947)
Em 30 de junho de 2025	24.049	34.546	34.130(i)	92.725

(i) Redução devido a reorganização e fechamento de lojas (Nota 1)

A despesa de amortização de ativos de direito de uso no exercício findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 2.281 e R\$ 62.604, da Controladora e do Consolidado, respectivamente (R\$ 2.290 e R\$ 70.059 em 30 de junho de 2024).

(b) Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Veículos	-	-	28.194	49.808
Edificações	4.036	2.845	61.076	92.792
Máquinas e equipamentos	628	1.659	13.779	30.677
Total	4.664	4.504	103.049(i)	173.277
Circulante	1.843	1.953	47.147	64.815
Não circulante	2.821	2.551	55.902	108.462

(i) Redução devido a reorganização e fechamento de lojas (Nota 1)

Os juros sobre passivos de arrendamento incorridos no exercício findo em 30 de junho de 2025 foram de R\$ 527 e R\$ 11.849, para Controladora e Consolidado, respectivamente (Em 30 de junho de 2024, R\$ 460 e R\$15.082).

13. Investimentos

Política Contábil

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento em controladas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação nos lucros ou prejuízos das controladas é reconhecida na demonstração do resultado.

Exercício findo em 30 de junho de 2025 e 2024

	2025	2024
Investimentos	2.769	926.851
Provisão para perda com investimentos	(1.604.194)	-
Total	(1.601.425)	926.851

(a) Movimentação dos investimentos

Investida	2024	Equivalência patrimonial		Transação de capital	Perdas por Impairment	Amortização de mais valia	Dividendos	2025
		Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes					
Investimento								
Lavoro Agrocomercial S.A. (ii)	230.754	(926.635)	-	(9.321)	-	-	-	(705.201)
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A. (ii)	481.462	(1.062.761)	(343)	-	-	-	(2.477)	(584.119)
Produce Comércio e Representações S.A. (ii)	54.430	(368.035)	-	(1.269)	-	-	-	(314.874)
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	2.101	668	-	-	-	-	-	2.769
	768.747	(2.356.762)	(343)	(10.590)	-	-	(2.477)	(1.601.425)
Ágio e Mais Valia								
Lavoro Agrocomercial S.A. (i)	68.102	-	-	-	(68.074)	(28)	-	-
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A. (i)	78.609	-	-	-	(75.897)	(2.712)	-	-

Produtec Comércio e Representações S.A. (i)	11.393	-	-	-	(11.393)	-	-	-
	158.104	-	-	-	(155.364)	(2.740)	-	-
Total	926.851	(2.356.762)	(343)	(10.590)	(155.364)	(2.740)	(2.477)	(1.601.425)

- (i) Valores decorrentes da baixa do ágio e dos ajustes de valor justo do investimento em decorrência do teste de impairment. (ver nota 16).
 (ii) O saldo negativo de equivalência patrimonial decorre do reconhecimento de perdas que excederam o valor contábil do investimento, sendo, portanto, apresentado no passivo não circulante, sob a rubrica de provisão para perdas com investimentos.

Exercício findo em 30 de junho de 2024

Investida	2023	Equivalência patrimonial		Aumento de capital	Transação de capital	Amortização de mais valia	Dividendos	2024
		Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes					
Investimento								
Lavoro Agrocomercial S.A.	612.118	(381.407)	-	-	43	-	-	230.754
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.	472.836	(133.114)	754	157.570	(11.168)	-	(5.416)	481.462
Produtec Comércio e Representações S.A.	151.038	(99.915)	-	3.775	(468)	-	-	54.430
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	1.110	991	-	-	-	-	-	2.101
	1.237.102	(613.445)	754	161.345	(11.593)	-	(5.416)	768.747
Ágio e mais valia								
Lavoro Agrocomercial S.A.	68.376	-	-	-	-	(274)	-	68.102
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.	84.628	-	-	-	-	(6.019)	-	78.609
Produtec Comércio e Representações S.A.	11.914	-	-	-	-	(522)	-	11.393
	164.919	-	-	-	-	(6.814)	-	158.104
Total	1.402.021	(613.445)	754	161.345	(11.593)	(6.814)	(5.416)	926.851

(b) Resumo das informações financeiras

		2025					
Controlada	Control e	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Lavoro Agrocomercial S.A.	Direto	1.149.477	1.530.583	(309.865)	15.078	258.613	(964.662)
Agrocontato Comércio e Representações de Produtos Agropecuários S.A.	Indireto	86.566	154.675	1.922	865	(13.944)	(53.109)
PCO Comércio, Importação, Exportação e Agropecuária Ltda.	Indireto	6.153	80.493	(56.705)	977	47.177	(179.198)
Agrovenci Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	457.199	528.397	16.813	2.661	93.874	(150.920)
Agrovenci Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. (MS)	Indireto	63.052	123.255	5.735	3.802	(24.965)	(33.304)
Produttiva Agronegócios Comércio e Representação Ltda.	Indireto	188.857	129.490	2.945	483	73.141	(11.312)
Facirolli Comércio e Representação S.A. (Agrozap)	Indireto	108.246	237.633	(1.247)	3.999	(15.448)	(119.186)
Central Agrícola Rural Distribuidora de Defensivos Ltda.	Indireto	295.726	462.910	20.795	2.150	13.523	(162.062)
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.	Direto	489.438	1.241.658	169.206	9.744	520.196	(1.112.953)
Producec Comércio e Representações S.A.	Direto	241.863	545.871	(30.999)	3.379	64.065	(402.451)
Qualiciclo Agrícola S.A.	Indireto	302.248	341.350	45.620	3.953	103.793	(101.229)
Desemparr Participações Ltda.	Indireto	52	-	186.059	-	245.296	(59.184)
Cultivar Agrícola Comércio, Importação e Exportação S.A.	Indireto	371.263	422.944	9.871	4.446	56.512	(102.768)
Nova Geração Comércio e Produtos Agrícolas Ltda.	Indireto	72.887	57.052	1.985	1.546	26.889	(10.616)
Denorpi Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	164.667	172.541	3.448	1.540	12.819	(18.784)
Deragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	304.122	265.104	3.209	917	50.046	(8.733)
Desemparr Tecnologia Ltda.	Indireto	-	-	-	-	-	-
Futuragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	509.050	340.527	(2.754)	2.287	188.196	(24.713)
Plenafértil Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	52.648	65.002	389	79	(6.031)	(6.013)
Realce Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	48.371	55.695	125	42	2.130	(9.372)
Casa Trevo Participações S.A.	Indireto	839	648	63.152	-	65.200	(1.857)
Casa Trevo Comercial Agrícola LTDA.	Indireto	47.154	18.597	1.721	845	30.081	(649)
CATR Comercial Agrícola LTDA.	Indireto	83.516	50.021	419	196	34.914	(1.195)
Floema Soluções Nutricionais de Cultivos Ltda.	Indireto	213.391	223.927	3.597	1.361	7.642	(15.944)
Sollo Sul Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	160.174	153.078	24.719	3.514	33.469	(5.166)
Dissul Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	28.006	22.204	72	23	6.901	(1.052)
Perterra Trading S.A.	Indireto	135.623	126.959	208	-	1.906	6.965
Referência Agroinsumos Ltda.	Indireto	72.498	96.563	1.703	1.409	(8.542)	(15.229)
CORAM - Comércio e Representações Agrícolas Ltda.	Indireto	147.750	194.252	6.362	3.111	(16.058)	(27.193)

							2024
Controlada	Controle	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Lavoro Agrocomercial S.A.	Direto	1.779.970	1.766.101	323.512	20.129	628.316	(311.064)
Agrocontato Comércio e Representações de Produtos Agropecuários S.A.	Indireto	99.944	135.957	23.080	833	(13.534)	(232)
PCO Comércio, Importação, Exportação e Agropecuária Ltda.	Indireto	23.799	78.261	101.684	45	98.833	(51.656)
Agrovenci Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	692.225	619.490	32.701	7.115	148.344	(50.023)
Agrovenci Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. (MS)	Indireto	88.951	119.265	16.063	4.336	(10.089)	(8.498)
Produtiva Agronegócios Comércio e Representação Ltda.	Indireto	243.405	171.876	4.681	1.857	76.716	(2.363)
Facirolli Comércio e Representação S.A. (Agrozap)	Indireto	189.223	260.776	61.075	4.949	43.092	(58.519)
Central Agrícola Rural Distribuidora de Defensivos Ltda.	Indireto	585.173	580.542	13.012	3.151	37.277	(22.785)
Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.	Direto	741.905	1.281.447	1.048.348	17.916	656.717	(165.827)
Produtec Comércio e Representações S.A.	Direto	411.795	550.182	215.067	5.386	176.596	(105.302)
Qualiciclo Agrícola S.A.	Indireto	387.068	371.472	95.595	6.374	121.777	(16.960)
Desempar Participações Ltda.	Indireto	60	-	238.764	-	256.814	(17.990)
Cultivar Agrícola Comércio, Importação e Exportação S.A.	Indireto	478.327	379.514	18.516	11.140	129.012	(22.823)
Nova Geração	Indireto	61.593	38.715	2.980	2.146	31.990	(8.278)
Denorpi Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	158.895	146.725	7.079	737	27.999	(9.487)
Deragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	277.876	234.627	6.154	698	59.383	(10.678)
Desempar Tecnologia Ltda.	Indireto	-	-	-	-	-	-
Futuragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	498.465	328.873	8.132	1.673	170.516	5.535
Plenafértil Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	30.425	37.657	2.658	274	(1.588)	(3.260)
Realce Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	52.333	51.733	3.035	190	6.256	(2.811)
Casa Trevo Participações S.A.	Indireto	168	1	67.935	-	70.635	(2.533)
Casa Trevo Comercial Agrícola LTDA.	Indireto	56.434	24.964	2.692	1.780	35.466	(3.084)
CATR Comercial Agrícola LTDA.	Indireto	66.739	31.421	645	410	34.999	554
Floema Soluções Nutricionais de Cultivos Ltda.	Indireto	182.026	173.366	4.931	2.522	24.017	(12.948)
Sollo Sul Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	197.359	172.879	27.310	6.537	62.821	(17.568)
Dissul Insumos Agrícolas Ltda.	Indireto	14.132	7.366	122	78	6.960	(150)
Perterra Trading S.A.	Indireto	63.275	58.143	423	-	1.286	4.269
Referência Agroinsumos Ltda.	Indireto	91.906	84.331	6.266	2.246	20.603	(9.008)
CORAM - Comércio e Representações Agrícolas Ltda.	Indireto	121.950	139.332	8.410	4.141	(13.373)	260

(c) Aquisição de não controladores

Uma mudança na participação societária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como uma transação patrimonial. Quando a proporção do patrimônio detido pelos interesses não controladores muda, a Companhia ajusta o valor contábil dos interesses controladores e não controladores para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. A Companhia reconhece diretamente no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor pelo qual os interesses não controladores são ajustados e o valor justo da contraprestação paga ou recebida.

Aumento de participação durante o exercício findo em 30 de junho de 2025

Empresa	Aumento de participação
Facirolli Comércio e Representação S.A. (Agrozap)	12,46%
Producec Comércio e Representações S.A.	5,21%
Lavoro Agrocomercial S.A.	2,45%

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, a Companhia aumentou sua participação em suas subsidiárias por meio de operação de troca de ações. No âmbito dessa transação, a Lavoro Limited S.A., controladora da Lavoro Agro Holding S.A., emitiu novas ações a serem entregues aos acionistas não controladores das subsidiárias da Lavoro Agro Holding S.A., em contrapartida à aquisição de participações adicionais. A operação não envolveu movimentação de caixa e foi contabilmente reconhecida de forma simultânea no investimento e no patrimônio líquido consolidado, sem impacto no resultado do exercício, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às transações entre acionistas.

Aquisições durante o exercício findo em 30 de junho de 2024

A Companhia adquiriu uma participação adicional de 0,006% na Lavoro Agrocomercial por R\$52. O valor contábil da participação de 0,006% não controladora era de R\$41. A Companhia reconheceu uma diminuição na participação não controladora de R\$41 e uma diminuição no investimento líquido da empresa controladora de R\$11.

14. Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos na demonstração do resultado. Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada e seus valores residuais estimados pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado. O terreno não é depreciado. As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Categoria	Vida útil
Veículos	5 anos
Edificações e melhorias	25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

A Companhia utiliza a vida útil estimada dos ativos para depreciar o ativo imobilizado. Ao final de cada exercício social, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada prospectivamente.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos recursos da venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) receitas, líquidas” na demonstração do resultado.

Os ativos imobilizados foram submetidos a teste de recuperabilidade (impairment) em 30 de junho de 2025, não sendo reconhecida perda por desvalorização durante o exercício.

Saldo do ativo imobilizado

	Controladora				
	Edificações e melhorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
Em 30 de junho de 2023	19.988	377	44	50	20.459
Custo	19.595	1	118	244	19.958
Depreciação acumulada	(2.289)	(1)	(35)	(216)	(2.541)
Em 30 de junho de 2024	17.306	-	83	28	17.417
Custo	9.158	1	129	244	9.532
Depreciação acumulada	(2.864)	(1)	(47)	(227)	(3.139)
Em 30 de junho de 2025	6.294	-	82	17	6.393

	Consolidado					
	Veículos	Edificações e melhorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
Em 30 de junho de 2023	7.768	43.605	11.162	6.778	603	69.916
Custo	32.994	62.358	32.498	14.413	6.740	149.003
Depreciação acumulada	(27.244)	(14.498)	(14.052)	(7.639)	(6.740)	(70.173)
Em 30 de junho de 2024	5.750	47.860	18.446	6.774	-	78.830
Custo	29.599	49.894	29.482	14.632	7.193	130.800
Depreciação acumulada	(25.511)	(21.604)	(16.177)	(8.666)	(6.395)	(78.353)
Em 30 de junho de 2025	4.088	28.290	13.305	5.966	798	52.447

O montante de despesa de depreciação do imobilizado registrado no exercício findo em 30 de junho de 2025 da Controladora e do Consolidado foram de, respectivamente, R\$ 2.448 e R\$ 14.239 (R\$ 1.309 e R\$ 12.031 em 30 de junho de 2024).

15. Intangível

Política contábil

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e, para intangíveis de vida útil definida, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear. Esses ativos intangíveis possuem vida útil definida com base na vida útil econômica.

O ágio resultante de uma combinação de negócios é inicialmente mensurado como o excesso da contraprestação transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis líquidos adquiridos e passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, conforme descrito na Nota 16.

As vidas úteis e os métodos de amortização dos intangíveis são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente, se apropriado. Em 2025 houve a revisão das vidas úteis e não houve mudanças relevantes.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis para os exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 são as seguintes:

<u>Categoria</u>	<u>Vida útil</u>
Relacionamento com o cliente	9 anos
Contatos de compra	4 anos
Software e outros	5 anos

Um ativo intangível não é reconhecido quando descartado ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado, e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado quando o ativo é baixado.

A política de *impairment* para intangíveis está descrita na nota 16.

Saldo do ativo intangível

	<u>Controladora</u> <u>Software e outros</u>
Saldo inicial	26.276
Aquisições	23.948
Amortização	<u>(12.950)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>37.274</u>
Em 30 de junho de 2024	
Custo	69.109
Amortização acumulada	<u>(31.835)</u>
Saldo contábil, líquido	37.274
Aquisições	20.176
Amortização	<u>(14.944)</u>
Saldo contábil, líquido	42.506
Em 30 de junho de 2025	
Custo	89.285
Amortização acumulada	<u>(46.779)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>42.506</u>

	Consolidado				
	Ágio	Carteira de clientes	Contratos de compra	Softwares e outros	Total
Em 30 de junho de 2024					
Custo	659.402	372.488	8.782	85.713	1.126.385
Amortização acumulada		(180.351)	(7.677)	(44.083)	(232.111)
Saldo contábil, líquido	<u>659.402</u>	<u>192.137</u>	<u>1.105</u>	<u>41.630</u>	<u>894.274</u>
Exercício findo em 30 de junho de 2025					
Saldo inicial	<u>659.402</u>	<u>192.137</u>	<u>1.105</u>	<u>41.630</u>	<u>894.274</u>
Adições	-	-	-	12.529	12.529
Provisão para perda de valor recuperável de ativos - Impairment (i)	(660.054)	(162.203)	-	-	(822.257)
Outros (ii)	652	(3.198)	-	-	(2.546)
Amortização	-	(26.736)	(1.105)	(7.671)	(35.512)
Saldo contábil, líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.488</u>	<u>46.488</u>
Em 30 de junho de 2025					
Custo	660.054	369.290	8.782	98.242	1.136.368
Amortização acumulada e Impairment	(660.054)	(369.290)	(8.782)	(51.754)	(1.089.880)
Saldo contábil, líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.488</u>	<u>46.488</u>

(i) Valores decorrentes da baixa do ágio e dos ajustes de valor justo do investimento em decorrência do teste de impairment. (ver nota 16).

(ii) Saldos decorrentes do ajuste no preço de compra das aquisições. A contraprestação de cada aquisição estava sujeita a ajustes de preço pós-fechamento, com base nas variações do capital de giro da empresa adquirida.

16. Impairment de ativos não financeiros

Política contábil

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para avaliar se há indicação de redução ao valor recuperável. Essa indicação pode ser decorrente de fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou fatores externos devido ao cenário macroeconômico e ao comportamento dos preços das *commodities* e do dólar norte-americano. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior valor entre o valor justo do ativo e o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos.

Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e uma provisão para redução ao valor recuperável é constituída para ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável, quando aplicável. Uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida somente se houver alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida, exceto no caso de ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

A Companhia realizou a avaliação agrupando os ativos de cada região em unidades geradoras de caixa independentes, que representam o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados por sua administração, que utilizam as seguintes premissas: (i) taxa de crescimento da receita (ii) margens aplicadas ao custo de venda de seus produtos; e (iii) taxas de desconto que reflitam os riscos específicos de cada UGC. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas, como condições de mercado ou econômicas futuras e aquelas relacionadas às vendas de cada UGC. Portanto, é possível que mudanças nas circunstâncias possam alterar essas projeções, o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

As UGCs foram agrupadas dentro das regiões Norte, Leste e Sul que são atendidas pela Companhia.

O ágio decorrente de combinação de negócios é alocado às UGCs que se beneficiaram da aquisição e é submetido a teste de redução ao valor recuperável nesse nível.

A Companhia monitora consistentemente se novas UGCs são identificadas e se são justificáveis.

Cálculo do valor em uso no teste de *impairment*

O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de DCF (Fluxo de Caixa Descontado). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação nas quais a Companhia ainda não está comprometida ou investimentos futuros significativos que irão melhorar o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada no modelo DCF, assim como às expectativas de fluxos de caixa futuros e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são as mais relevantes para o teste de *impairment* do ágio reconhecido pela Companhia.

O valor recuperável das UGCs da Companhia foi determinado com base em um cálculo de valor em uso utilizando projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Diretores, abrangendo um período de cinco anos.

Como resultado do teste, o valor recuperável dessas UGCs foi inferior aos seus valores contábeis, resultando no reconhecimento integral de perda no valor recuperável do goodwill e mais valias no valor total consolidado de R\$ 822.257 (R\$155.364 na controladora), registrado na demonstração do resultado do exercício.

A redução dos valores recuperáveis em relação aos valores contábeis e consequente registro das perdas por *impairment* decorre da deterioração da situação econômica e financeira da Companhia detalhadas na Nota 1.

17. Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar relacionadas à compra de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são passivos financeiros (vide Nota 6) inicialmente reconhecidos ao valor justo e posteriormente demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, considerando a taxa média de contratos negociados com os fornecedores.

	Consolidado	
	2025	2024
Duplicatas a pagar em moeda local	2.643.462	3.106.320
Duplicatas a pagar em moeda estrangeira	301.703	301.703
Total	2.945.165	3.408.023
Circulante	2.945.077	3.407.431
Não circulante	88	592

A taxa de juros efetiva para 30 de junho de 2025 foi de 1,71% ao mês (1,55% para 30 de junho de 2024).

Conforme mencionado na nota explicativa 1(a) (Plano de recuperação extrajudicial (Brasil), a negociação com seus principais fornecedores está em andamento e caso haja a homologação do plano de recuperação extrajudicial, isso trará benefícios financeiros imediatos à Companhia. Do saldo devedor, em 30 de junho de 2025, a Companhia detém o montante de R\$ 1.107.153 em atraso, que é, em grande parte, proveniente de credores que aderiram ao acordo de renegociação.

Garantias

A Companhia adquire garantias junto a instituições financeiras para as compras parceladas de insumos agrícolas de determinados fornecedores. Essas garantias são representadas por fianças bancárias de curto prazo e aval ao fornecedor das CPRs obtidas dos clientes no processo de venda. O valor dessas garantias em 30 de junho de 2025 era de R\$ 499.520 (R\$ 1.082.199 em 30 de junho de 2024).

18. Empréstimos

Política contábil

Os empréstimos são passivos financeiros inicialmente reconhecidos ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos na transação e são posteriormente demonstrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores emprestados (líquidos dos custos de transação) e os pagamentos totais é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos da Companhia são contratados com o objetivo de fortalecer o capital de giro e têm prazos de amortização programados de acordo com os ciclos operacionais de cada safra. A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras em seus contratos de empréstimo.

(a) Composição da dívida

	2025		Consolidado 2024	
	Taxa média de Juros (i)		Taxa média de Juros (i)	
Reais, indexado ao CDI (i)	14,39%	356.955	14,47%	538.968
Reais, com juros pré-fixados		-	13,71%	4.989
Dólares americanos, com juros fixos	14,24%	90.490	8,64%	103.237
Total		447.445		647.194
Circulante		447.445		647.029
Não circulante		-		165

(i) Dívida denominada em reais que vence juros à taxa CDI (vide Nota 7 para definição desses índices), mais *spread*.

Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas pós-fixadas e pré-fixadas, a Companhia utilizou as taxas vigentes nos exercícios de 30 de junho de 2025 e 2024.

Em Junho 2025 o empréstimo junto ao banco ABC no valor de R\$ 20.430, foi reclassificado para o curto prazo, por falta do cumprimento do covenant sobre recuperação extrajudicial.

(b) Movimentação dos empréstimos

	Consolidado
Em 30 de junho de 2023	824.870
Obtenção de empréstimos	1.826.594
Pagamento de empréstimos	(2.053.445)
Juros incorridos	184.290
Aquisição de controlada (i)	61.793
Variação cambial	11.922
Juros pagos	(208.830)
Em 30 de junho de 2024	647.194
Obtenção de empréstimos	275.898

Pagamento de empréstimos	(457.986)
Juros incorridos	85.502
Variação cambial	(2.046)
Juros pagos	(101.117)
	<hr/>
Em 30 de junho de 2025	<u>447.445</u>

(i) Saldos decorrentes de combinação de negócios (Nota 22).

(b) Cronograma de vencimento da parcela não circulante dos empréstimos

As parcelas são distribuídas por ano de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2025	-	17
2026	-	148
Total	<u>-</u>	<u>165</u>

19. Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)

Em 27 de novembro de 2023, foi requerido pela empresa ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora"), perante a CVM, o registro da oferta pública de distribuição de 420.000 (quatrocentos e vinte mil) Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Lavoro Agro Holding S.A.

(a) Composição da dívida

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média de Juros</u>	<u>2025</u>
Série I	22 de dezembro de 2027	CDI + 3%	68.316
Série II	22 de dezembro de 2027	14,20(i)%	353.165
Custo de Transação			(10.966)
Total			<u>410.515</u>
Circulante			410.515
Não circulante			-

(i) Para a parcela com taxa pré-fixada da série II do CRA foi efetuado contrato de swap de taxa de juros pós fixada à CDI + spread, conforme Nota 7.

(b) Movimentação dos CRA

Em 30 de junho de 2024	<u>405.565</u>
Custo de Transação	3.849
Juros incorridos	57.456
Juros pagos	(56.355)
Em 30 de junho de 2025	<u>410.515</u>

(c) Cláusulas Restritivas (Covenants)

Essa dívida inclui cláusulas restritivas (covenants) relacionadas ao nível de endividamento exigindo a manutenção de um índice de dívida líquida sobre EBITDA não superior a 2,5x, a ser calculado em 30 de junho de cada ano. Em 30 de junho de 2025, a Lavoro Agro Holding S.A. não estava em conformidade com os covenants acordados com a instituição financeira, ficando acima do limite de 2,5x estabelecido no Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Até 30 de junho de 2025 a Companhia não obteve a dispensa (waiver) relacionada ao descumprimento dos covenants financeiros estabelecidos no CRA. Assim, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, o saldo em aberto dessa dívida foi reclassificado para o passivo circulante.

A Companhia também possui contratos de empréstimos e financiamentos que incluem cláusulas não financeiras, as quais monitoram eventos de inadimplência (*cross-default*). Para o exercício findo em 30 de junho 2025 a Companhia identificou contrato de empréstimo junto ao banco ABC com tais condições e o saldo em aberto foi reclassificado para o passivo circulante, conforme divulgado na nota 18.

20. Obrigações com cotistas

	2025	2024
Fiagro I	132.359	175.520
Fiagro II	272.805	—
Others	53.166	—
Total	<u>458.330</u>	<u>175.520</u>

Em 2 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um contrato para transferir recebíveis no valor total de R\$315 milhões ao Lavoro Agro Fundo de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro II), uma estrutura jurídica de fundo de investimento estabelecida sob a legislação brasileira, criada especificamente para investir em direitos creditórios do agronegócio. Os recursos provenientes dessa emissão serão utilizados para apoiar as necessidades de capital de giro em curso da Lavoro e outros propósitos corporativos gerais. Essa operação representa a segunda estrutura da Lavoro, após o lançamento inaugural de R\$167 milhões (Fiagro I) estabelecido em 2022.

O fundo Fiagro II foi estruturado com 80% de cotas seniores, que rendem juros a uma taxa de retorno referencial equivalente à taxa CDI + 3,5% ao ano. O percentual remanescente corresponde às cotas subordinadas, que geram uma taxa de retorno referencial de CDI + 100% ao ano. As cotas seniores são amortizadas semestralmente ao longo de um período de três anos, enquanto as cotas subordinadas são amortizadas no vencimento do contrato.

De acordo com o IFRS 10, a Companhia é controladora dos fundos Fiagro I e Fiagro II e, portanto, eles são consolidados nas nossas demonstrações financeiras. As cotas sênior e mezanino são contabilizadas como passivo financeiro sob a rubrica “Obrigações com FIAGRO e demais cotistas” e a remuneração paga aos cotistas sênior e mezanino é registrada como despesa de juros.

(a) Demais Cotistas

Durante o período corrente, a Companhia celebrou outros contratos para transferir recebíveis no valor total de R\$425 milhões para fundos de investimento constituídos sob a legislação brasileira, nos quais a Companhia não detém participação nas cotas. De acordo com esses contratos, a Companhia não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios desses ativos e, portanto, conforme o CPC 48, o Grupo continua reconhecendo os recebíveis e reconhece o passivo sob a rubrica “Obrigações com cotistas”.

21. Contas a pagar por aquisição de controlada

Os contratos de compra e venda de controladas incluem pagamentos ao vendedor em caso de cobrança bem-sucedida de créditos em aberto após a data de aquisição e em caso de êxito em processo administrativo relativo a

determinados créditos tributários pendentes perante a autoridade tributária. Informações detalhadas por aquisição estão disponíveis na Nota 22.

A contraprestação paga durante o exercício findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$31.270 referente as aquisições realizadas nos anos anteriores. A contraprestação paga durante o exercício findo em 30 de junho de 2024, líquida de caixa adquirido, foi de R\$ 231.950, incluindo aquisições realizadas em anos anteriores no valor de R\$ 179.148.

22. Combinação de negócios

Política contábil

O método de aquisição é utilizado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, que consiste no seguinte:

- Determinação da data de aquisição;
- Determinação do adquirente e do adquirido;
- Determinar a contraprestação transferida pela aquisição do controle;
- Determinação do valor justo de ativos e passivos identificáveis separadamente; e
- Determinação do ágio residual ou ganho na compra vantajosa

A data de aquisição é a data em que a Companhia assume o controle do negócio. A contraprestação transferida é mensurada na data de aquisição pelo valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios, a Companhia mensura as participações de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base em sua participação nos ativos líquidos identificáveis da controlada. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Quando a Companhia adquire um negócio, avalia o justo valor dos ativos e passivos assumidos de forma a alocá-los de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes à data da aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente, considerada um ativo ou um passivo, são reconhecidas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

O ágio ou ganho na compra vantajosa é a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a contraprestação transferida. Quando a contraprestação transferida for superior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ágio é reconhecido pela diferença e, posteriormente, testado para redução ao valor recuperável. Quando a contraprestação transferida for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito de uma combinação de negócios são contabilizados de acordo com a política contábil descrita na Nota 15.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A contabilização de uma combinação de negócios exige que a Companhia exerça julgamento crítico na determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Assim, a Companhia faz certas suposições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de *commodities*, taxas de juros, inflação e condições climáticas.

Alterações em algumas dessas premissas podem impactar os negócios da Companhia e os resultados esperados podem diferir materialmente dos valores estimados na data de aquisição.

A Companhia celebrou vários acordos para adquirir grupos de empresas e expandir seus negócios em novos mercados ou territórios, adicionar instalações adicionais, reforçar sua vantagem competitiva ou adquirir e acessar novas tecnologias e habilidades.

(a) Aquisições no exercício findo em 30 de junho de 2025

Para o exercício findo em 30 de junho de 2025, a Companhia não realizou novas aquisições.

(b) Aquisições no exercício findo em 30 de junho de 2024

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis, contraprestação transferida e ágio na data de cada aquisição foram:

	Referência Agroinsumos	CORAM	Total
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	8.135	15.352	23.487
Contas a receber de clientes	31.464	61.791	93.255
Estoque	43.680	47.481	91.161
Outros ativos	11.473	12.779	24.252
Imobilizado	1.556	1.804	3.360
Intangível	30.494	15.003	45.497
	126.802	154.210	281.012
Passivos			
Fornecedores	56.137	79.298	135.435
Empréstimos	32.429	29.364	61.793
Outros passivos	40.757	1.263	42.020
	4.168	10.259	14.427
	133.491	120.184	253.675
Total de ativos líquidos identificáveis a valor justo	(6.689)	34.026	27.337
Participações não controladoras	2.007	-	2.007
Ágio decorrente da aquisição	106.794	15.847	122.641
Contraprestação transferida	102.112	49.873	151.985
Pagamento em dinheiro	67.112	20.000	87.112
Pagamento a prazo	35.000	29.873	64.873

23. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Os ativos e passivos de imposto de renda corrente são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias utilizadas para calcular o valor são aquelas que estão em vigor na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera lucro tributável. O imposto de renda corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os impostos diferidos são provisionados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, no momento da transação, afete nem o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- Em relação a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, coligadas e participações em negócios conjuntos, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não serão revertidas no futuro previsível.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, o transporte de créditos fiscais não utilizados e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e a transferência de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associados a investimentos em controladas, os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas em um futuro próximo e que haja lucro tributável disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. Ao avaliar a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, a Companhia se baseia nas mesmas premissas de previsão utilizadas em outras demonstrações financeiras e em outros relatórios de administração.

Os benefícios de posições fiscais incertas são registrados somente após determinar, com base na posição de seus consultores jurídicos internos e externos, uma probabilidade mais provável de que as posições fiscais incertas resistirão a contestação, se houver, das autoridades fiscais.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos e passivos fiscais correntes e quando os saldos de impostos diferidos se referem à mesma autoridade fiscal.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são necessárias para determinar o valor dos impostos de renda diferidos ativos que são reconhecidos com base no momento provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

A Companhia aplica julgamento significativo na avaliação da realização de impostos de renda diferidos ativos através da avaliação da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis futuros suficientes e da implementação de estratégias de planejamento tributário para apoiar a realização dos ativos de imposto de renda diferidos existentes.

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.649.131)	(39.551)	(2.544.364)	(1.571.949)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda à alíquota nominal	900.705	13.447	865.084	534.463
Resultado de controladas por equivalência patrimonial	(815.128)	-	(3.964)	-
Prejuízo fiscais para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido (i)	(18.866)	(13.447)	(425.292)	(266.478)
Diferenças temporárias para as quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	(33.896)	-	(544.482)	-
Benefícios fiscais (ii)				70.808

Redução ao valor recuperável de impostos diferidos			(195.461)	-
Diferenças permanentes	(32.483)	-		
Outros	(489)	-	311	(11.543)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(156)	(2.224)	(303.804)	208.331
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	0,01%	11%	11,94%	146%
Corrente	(156)	(9)	(20.271)	112.568
Diferido	-	(2.215)	(283.533)	95.763

(i) Este valor reflete o benefício fiscal que permite a dedução dos benefícios fiscais do ICMS na apuração do imposto de renda, vide Nota 9.

A Companhia acumulou prejuízos fiscais e bases negativas em algumas controladas em 30 de junho de 2025 no valor de R\$ 991.823 (R\$ 783.759 em 30 de junho de 2024) para os quais não foi reconhecido imposto de renda diferido ativo e estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros nas empresas em que ocorreram as perdas. Não foram reconhecidos impostos diferidos ativos sobre o rendimento relativo a estas perdas, uma vez que não podem ser utilizados para compensar lucros tributáveis entre subsidiárias da Companhia e não existem outras evidências de provável recuperabilidade em um futuro próximo. No exercício findo em 30 de junho de 2025, o valor contábil dos impostos diferidos ativos foi revisado e reduzido integralmente no valor de R\$ 283.533 na extensão em que as projeções da Companhia não apontam lucros tributáveis futuros que pudessem indicar sua recuperabilidade no futuro próximo.

(d) Saldos de imposto de renda diferido

	2025	Consolidado 2024
Imposto de renda diferido ativo:		
Amortização do valor justo	42.561	56.643
Prejuízos fiscais	201.335	203.125
Provisão para perdas de crédito esperadas	22.530	29.985
Ajuste a valor presente	19.266	25.641
Provisão para bônus de administração	10.808	14.384
Provisão para perdas de estoque	3.181	4.233
Ganhos ou perdas sobre derivativos não realizados	2.873	3.823
Ganhos ou perdas sobre contratos futuros de <i>commodities</i> não realizados	8.851	11.779
Ganhos ou perdas cambiais não realizados	3.489	4.644
Redução ao valor recuperável de impostos diferidos	(195.461)	-
	<u>119.433</u>	<u>354.257</u>
Imposto de renda diferido passivo:		
Amortização do valor justo	(27.491)	(16.039)
Ajuste a valor presente	(31.588)	(18.429)
Ganhos ou perdas sobre derivativos não realizados	(10.759)	(6.277)
Ganhos ou perdas sobre contratos futuros de <i>commodities</i> não realizados	(43.788)	(25.547)
Ganhos ou perdas cambiais não realizados	(3.922)	(2.288)
Outras provisões	(1.885)	(2.144)
	<u>(119.433)</u>	<u>(70.724)</u>

Imposto de renda diferido. líquido	<u>-</u>	<u>283.533</u>
	<u>2025</u>	<u>Consolidado 2024</u>
Imposto diferido ativo	-	289.337
Imposto diferido passivo	-	(5.804)
	<u>-</u>	<u>283.533</u>

(e) Movimentação de imposto de renda diferido

	<u>Consolidado Imposto de renda diferido</u>
Em 30 de junho de 2022	<u>195.326</u>
Reconhecimento na demonstração do resultado	95.763
Em 30 de junho de 2023	<u>291.089</u>
Reconhecimento na demonstração do resultado	(7.556)
Em 30 de junho de 2024	<u>283.533</u>
Reversão de diferenças temporárias ao longo do exercício	(88.072)
Redução ao valor recuperável de impostos diferidos	<u>(195.461)</u>
Em 30 de junho de 2025	-

24. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir a melhor estimativa da administração nas datas dos balanços.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(a) Perdas Prováveis

O saldo consolidado de perdas prováveis de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas reconhecidas pela Companhia era de R\$ 11.004 e R\$ 4.134 respectivamente, em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024.

(b) Perdas Possíveis

A Companhia é parte em diversos processos envolvendo questões tributárias, ambientais e cíveis que foram avaliadas pela administração, sob orientação de seus assessores jurídicos, como possivelmente geradoras de perdas. As

perdas possíveis consolidadas totalizam R\$268.953 e R\$ R\$ 147.837 em 30 de junho de 2025 e 2024 respectivamente. Para a Controladora as perdas possíveis foram inexistentes para ambos os períodos.

25. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes decorrem da modalidade “venda à vista”, na qual os produtores rurais antecipam o pagamento à Companhia no início da safra, antes do faturamento dos insumos agrícolas. Esses adiantamentos são liquidados no curto prazo.

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo Inicial do período	233.373	478.313
Receita reconhecida no período compensada contra os saldos de adiantamentos	(589.050)	(671.788)
Novos adiantamentos	443.587	386.090
Aquisição de controlada	-	40.758
Saldo no final do período	<u>87.910</u>	<u>233.373</u>

26. Partes relacionadas

(a) Controladora

As transações com partes relacionadas da Lavoro Agro Holding S.A. estão descritas abaixo:

(1) Composição de ativos e passivos

	Controladora	
	2025	2024
Ativo		
Partes relacionadas	575.407	415.918
Total	<u>575.407</u>	<u>415.918</u>
Passivo		
Partes relacionadas	442.914	319.083
Contas a pagar por aquisição de controlada	6.827	6.827
Total	<u>449.741</u>	<u>325.910</u>

(2) Demonstração do resultado

	2025	2024
Despesas de aquisições de controladas e monitoramento	(6.657)	(24.084)
Rateio de despesas administrativas (i)	149.033	137.285
Resultado financeiro sobre contratos de mútuo (ii)	39.934	10.135
Total	<u>182.309</u>	<u>123.336</u>

- (i) As despesas administrativas da controladora são rateadas para as controladas com base em contrato de compartilhamento de despesas e são apresentadas líquida na rubrica de despesas gerais e administrativas
- (ii) Referem-se a contratos de mútuo com empresas controladas e saldos em aberto de rateios de despesas. Os contratos de mútuo são remunerados em média pelo CDI + 3,5% a 5,54% ao ano.

(b) Consolidado

As partes relacionadas da Companhia no consolidado que possuem saldos a receber, a pagar ou outros são (i) Acionistas não controladores, (ii) Patria Investments Limited, que administra os fundos que controlam a Companhia, (iii) Pessoal chave da administração, (iv) Lavoro Limited e demais holdings *off-shore*, (v) Empresas controladas indiretamente pela Lavoro Limited e (vi) Empresas controladas indiretamente pelo Patria Investments.

(1) Composição de ativos e passivos

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos		
Contas a receber de clientes (i)	1.656	7.713
Mútuo a receber (ii)	211.804	149.981
Adiantamento a fornecedores (i)	7.185	28
Total	220.646	157.722
Passivos		
Fornecedores (i)	2.014	2.793
Partes relacionadas (ii)	313.687	459.909
Contas a pagar por aquisição de controlada (iii)	137.034	181.960
Adiantamento a cliente (i)	21.012	1.046
Total	473.747	645.708

- (i) Referem-se a transações comerciais no curso normal dos negócios com acionistas não controladores de controladas e outras partes relacionadas do Grupo Lavoro Limited. Tais transações são realizadas nas mesmas condições comerciais dos clientes ou fornecedores de partes não relacionadas.
- (ii) Contratos de mútuo com outras partes relacionadas do Grupo da Lavoro Limited, remunerados em média pelo CDI + 3,5% a 5,54% ao ano.
- (iii) Pagamentos parcelados aos acionistas não controladores relativos às combinações de negócios descritas na Nota 22.

(2) Demonstração do resultado

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou transações relevantes com empresas relacionadas, controladas por fundos geridos pela Pátria Investments envolvendo a compra de insumos agrícolas por preços de mercado acrescidos de uma margem fixa pelo prazo da transação, adiantamentos comerciais e cessões sem direito de regresso de contas a receber performados de produtores rurais com o objetivo de garantir a continuidade do fornecimento de insumos agrícolas para os clientes durante o período de equacionamento da estrutura de capital da Companhia e adesão ao plano de recuperação extrajudicial. Um resumo das transações é apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de vendas de produtos (i)	23.966	22.904
Custo dos produtos vendidos (i)	(291.467)	(34.903)
Despesas de aquisições de controladas e monitoramento (ii)	(6.657)	(24.048)
Outras despesas administrativas	(355)	(2.435)
Resultado financeiro sobre contratos de mútuo	9.925	5.015
Juros sobre contas a pagar por aquisição	(1.350)	(8.988)
Perda líquida com baixa de títulos cedidos (iv)	(88.179)	-
Despesas financeiras (iii)	(71.600)	-
Fluxos de caixa de financiamento (iii)	235.930	-
Transações sem efeito de caixa		
Cessões de recebíveis sem regresso (Nota 32)	743.400	-

- (i) Referem-se a transações comerciais no curso normal dos negócios com acionistas não controladores de controladas e outras partes relacionadas.
- (ii) Despesas relacionadas aos serviços de suporte nas transações de aquisição de empresas.

- (iii) Operações com empresas controladas pelo Patria Investments, envolvendo compra de insumos a prazo, adiantamentos e cessão de recebíveis sem direito de regresso.
- (iv) Perda apurada na cessão de recebíveis com partes relacionadas líquida da reversão de perdas de crédito esperadas conforme Nota 5 e 29.

(3) Remuneração do pessoal-chave da administração

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Salários	7.934	13.860
Benefícios diretos e indiretos	707	704
Remuneração variável (bônus)	4.501	12.391
Benefícios de curto prazo	<u>13.142</u>	<u>26.955</u>
Pagamento baseado em ações	6.415	9.486
Total	<u>19.557</u>	<u>36.441</u>

Os valores descritos acima incluem pagamentos ao conselho de administração e aos diretores da Companhia.

27. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 é de R\$1.457.186, representados por 1.457.186.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	Nota	2025		2024	
		Ações	%	Ações	%
Malinas S.A.	27(d)	1.457.186.000	100	1.350.566.000	100
		<u>1.457.186.000</u>	<u>100</u>	<u>1.350.566.000</u>	<u>100</u>

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, o capital social autorizado foi aumentado em R\$106.619 através da capitalização de valores recebidos como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

(b) Pagamento baseado em ações

Política contábil para pagamento baseado em ações - Transações liquidadas por meio de instrumentos patrimoniais

O custo das transações com liquidação em patrimônio líquido é determinado pelo valor justo na data em que a concessão é feita usando um modelo de valoração apropriado. Esse custo é reconhecido nas despesas com pessoal (Nota 29), juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido (outras reservas de capital), ao longo do período em que as condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição). A despesa acumulada é reconhecida para transações liquidadas por meio de instrumentos patrimoniais com liquidação no patrimônio líquido em cada data de relatório até a data de aquisição, refletindo a extensão em que o período de aquisição expirou e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As condições de serviço não são levadas em consideração ao determinar o valor justo na data de concessão das premiações, mas a probabilidade de que as condições sejam atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos de patrimônio que serão finalmente adquiridos. As condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data de concessão. Outras condições anexadas a uma premiação, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições não-aquisitivas.

Nenhuma despesa é reconhecida para premiações que não são adquiridas quando as condições de desempenho de mercado e/ou de serviço não foram atendidas. Quando as premiações incluem uma condição de mercado ou não-

aquisitiva, as transações são tratadas como aquisitivas, independentemente da condição de mercado ou não-aquisitiva ser atendida, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviço sejam atendidas.

Quando os termos de uma premiação com liquidação por meio de instrumentos patrimoniais são modificados, a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data da concessão da premiação não modificada, desde que os termos originais de aquisição da premiação sejam atendidos. Uma despesa adicional, medida na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que aumente o valor justo total da transação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o empregado. Quando uma premiação é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da premiação é imediatamente registrado como despesa no resultado.

Em 17 de agosto de 2022, a Companhia aprovou a Política de Incentivo de Longo Prazo da Lavoro Agro Holding S.A. (o "Plano de pagamento baseado em ações da Lavoro" ou "Plano"). Nos termos do Plano, indivíduos selecionados pelo conselho de administração da Companhia ("Empregados Selecionados") são elegíveis ao recebimento da remuneração, que consiste em dinheiro, ativos ou opções de ações emitidas pela Lavoro Agro Limited, em um valor vinculado à valorização do preço das ações da Lavoro Agro Limited na data do evento de liquidez, mediante o cumprimento de certas condições, conforme descrito abaixo.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia concedeu 42.268.748 opções de ações como remuneração de incentivo para Empregados Selecionados. As opções de ações outorgadas no âmbito do Plano serão adquiridas caso as seguintes condições de mercado sejam atendidas (as "Condições de Mercado"):

- (i) a ocorrência de um evento de liquidez que satisfaça uma taxa interna de retorno mínima especificada no Plano; e
- (ii) o preço por ação obtido sob tal evento de liquidez deve ser maior ou igual a um dos seguintes valores:
 - (a) um preço de referência pré-estabelecido multiplicado por três; ou
 - (b) um valor calculado de acordo com uma fórmula pré-estabelecida, em cada caso especificado no Plano.

Além disso, após o cumprimento das Condições de Mercado, tais opções de ações serão adquiridas de acordo com o seguinte cronograma (as "Condições de Serviço"):

- (i) um terço das opções é adquirido no terceiro aniversário da data de concessão;
- (ii) um terço das opções é adquirido no quarto aniversário da data de concessão; e
- (iii) um terço das opções é adquirido no quinto aniversário da data de concessão.

O Plano tem um prazo de cinco anos: se as Condições de Mercado não forem satisfeitas dentro deste período, todas as opções outorgadas no âmbito do Plano serão extintas, sem qualquer obrigação adicional de pagamento ou incentivo devido pela Companhia.

Em 28 de fevereiro de 2023, os acionistas da controladora Lavoro Limited aprovaram o Plano e, como resultado, a Companhia reservou para emissão o número de ações ordinárias igual ao número de ações do Plano, um montante de 1.663.405 ações ordinárias.

O preço de exercício do pagamento baseado em ações é igual ao preço das opções acordado com o empregado nos contratos, representando o valor de R\$1 ajustado até a data em que ocorre o evento de liquidez.

O valor justo das opções de ações outorgadas é estimado na data da concessão, considerando os termos e condições usando o modelo *Black-Scholes*, levando em consideração os termos e condições em que as opções de ações foram outorgadas. O modelo também leva em conta os dividendos históricos e esperados e a volatilidade do preço das ações da Lavoro.

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração da controladora Lavoro Limited aprovou um plano de incentivo de longo prazo (o "Novo Plano") no qual os participantes elegíveis, incluindo funcionários da Companhia, podem ser os membros de nossa administração, nossos empregados e nossos diretores. Os beneficiários sob o Novo Plano receberão premiações de patrimônio de acordo com os termos e condições do Novo Plano e qualquer acordo de premiação aplicável.

A despesa reconhecida durante o ano e o número de opções outorgadas são mostrados nas tabelas a seguir:

	Outras reservas de capital
Em 30 de junho de 2023	12.505
Despesa com pagamento baseado em ações no ano	(522)
Em 30 de junho de 2024	11.983
Despesa com pagamento baseado em ações no ano	1.218
Em 30 de junho de 2025	13.201

	Opções outorgadas
Em 30 de junho de 2023	42.268.748
Opções canceladas	(4.400.022)
Em 30 de junho de 2024	37.868.726
Opções canceladas	(1.475.000)
Em 30 de junho de 2025	36.393.726

O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o período foi de R\$0,40 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado das ações de R\$2,88 na data da concessão, preço de exercício apresentado acima, volatilidade de 33,88%, sem rendimento de dividendos, vida útil esperada da opção de 3,37 anos e taxa de juros anual livre de risco de 12,45%.

(c) Plano de Unidades de Ações Restritas (“Plano RSU”)

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou um plano de incentivo de longo prazo (“Plano de Unidades de Ações Restritas” ou “Plano RSU”), por meio do qual os beneficiários poderão receber outorgas de instrumentos patrimoniais, de acordo com os termos e condições estabelecidos no referido plano e nos respectivos contratos de outorga. Cada unidade de ação restrita (“RSU”), uma vez atendidas todas as condições previstas no plano, conferirá ao participante o direito de receber, sem custo, uma ação emitida pela controladora final Lavoro Agro Limited.

O número total de ações que poderá ser entregue aos participantes no âmbito do plano não deverá exceder cinco por cento do total de ações representativas do capital social do Grupo.

Em 16 de agosto de 2023 e 28 de setembro de 2023 (datas de outorga), o Conselho de Administração da Lavoro (“Conselho”) aprovou a implementação do Plano RSU, que prevê a concessão de unidades de ações restritas aos participantes indicados pelo Conselho.

As RSUs serão adquiridas conforme o cronograma a seguir, salvo disposição em contrário aprovada pelo Conselho de Administração:

- (i) um terço das opções será adquirido no terceiro aniversário da data de aquisição;
- (ii) um terço das opções será adquirido no quarto aniversário da data de aquisição; e
- (iii) um terço das opções será adquirido no quinto aniversário da data de aquisição.

Em caso de desligamento do participante, todas as RSUs ainda não adquiridas até a data do desligamento serão automaticamente canceladas, sem qualquer direito à indenização.

O valor justo das ações outorgadas foi mensurado com base no preço de mercado das ações da Lavoro na data da outorga.

Em 30 de junho de 2025, a quantidade de RSUs outorgadas está apresentada nas tabelas a seguir.

	<u>RSU outorgadas</u>
Em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Ações outorgadas	1.370.528
Ações canceladas	<u>(141.411)</u>
Em 30 de junho de 2024	<u>1.229.117</u>
Ações outorgadas	231.420
Ações canceladas	<u>(62.010)</u>
Em 30 de junho de 2025	<u>1.398.527</u>

O valor justo médio ponderado das ações outorgadas foi de R\$27,65 por ação. A despesa reconhecida referente aos serviços dos empregados prestados durante o exercício foi de R\$ 21.409.

28. Receita de contratos com clientes

Política contábil

A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A receita de venda é reconhecida no momento em que o controle do produto é transferido para o cliente por meio de sua entrega na fazenda ou retirada nas lojas e inclui defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes, insumos especiais e grãos em decorrência das transações de *Barter* (Nota 10). A Companhia contrata terceiros para fornecer serviços de frete.

A Companhia geralmente atua como principal, pois tem a responsabilidade de entregar as mercadorias contratadas, assume o risco de estoque e tem poder discricionário para estabelecer o preço.

A receita de contratos com clientes é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens. Para vendas de grãos, vide Nota 10.

Os preços de venda são substancialmente baseados em preços de mercado de referência internacional, que são variáveis e sujeitos à oferta e demanda global e outros fatores de mercado. Não há garantias gerais para os clientes. Eventuais devoluções e incentivos são estimados com base em dados históricos e previstos, termos contratuais e condições atuais. Os custos de transporte são geralmente recuperados do cliente através do preço de venda e são incluídos no custo das mercadorias vendidas.

As contas a receber de clientes geralmente incluem um componente de financiamento significativo. Dessa forma, o preço da transação é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (ou seja, a taxa de juros que desconta o valor a receber do cliente ao preço de venda à vista) e a receita é reconhecida por esse valor. Parte significativa do financiamento é reconhecida como receita financeira pelo método do custo amortizado. A taxa de juros média mensal aplicada foi de 1,12% para junho de 2025 e 0,90% para junho de 2024.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de revenda de insumos agrícolas	5.006.887	8.163.406
Receita da venda de grãos	579.748	1.024.112
Receita de serviços	3.485	448
Devoluções e abatimentos de Insumos	(647.009)	(1.163.218)
Devoluções e abatimentos de Grãos	(17.527)	(10.800)
Impostos	(64.519)	(77.228)
Total	4.861.065	7.936.720

Contraprestação não monetária

Conforme explicado na Nota 10, a Companhia recebe grãos de alguns clientes em troca do produto vendido através de transações de *Barter*. O valor justo dessa contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos grãos.

A Companhia estima o valor justo da contraprestação não monetária por referência ao seu preço de mercado.

29. Custos e despesas por natureza

Política contábil

(a) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das compras, líquido de abatimentos, descontos e acordos comerciais recebidos de fornecedores, variações de estoques e custos logísticos (entrada e saída). O custo das mercadorias vendidas inclui o custo das operações logísticas administradas ou terceirizadas pela Companhia, incluindo os custos de armazenagem, manuseio e frete incorridos até que as mercadorias estejam prontas para serem vendidas.

As contas a pagar a fornecedores incluem um componente de financiamento significativo. Dessa forma, os fornecedores são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato (ou seja, a taxa de juros que desconta o valor a pagar a fornecedores da compra paga à vista) e o estoque é registrado por esse valor. Parte significativa do financiamento é reconhecida como despesa financeira pelo método do custo amortizado. A taxa de juros média mensal aplicada foi de 1,71% ao mês para junho de 2025 e 1,55% ao mês para junho de 2024.

(b) Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se às despesas indiretas e ao custo dos departamentos corporativos, tecnologia da informação, tesouraria função, pessoal da força de vendas e despesas de marketing e publicidade.

A composição dos custos e despesas por natureza é a seguinte:

	Controladora			Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda(i)	-	-	(3.791.173)	(6.003.603)
Custo da venda de grãos	-	-	(562.036)	(949.552)
Despesas de salários, encargos e benefícios a empregados	(98.581)	(65.286)	(412.904)	(382.471)
Manutenção	(18.766)	(16.646)	(40.758)	(40.655)
Consultoria e serviços profissionais	(39.474)	(45.098)	(73.353)	(46.594)
Fretes e carregamentos	-	-	(49.956)	(69.802)
Comissões	-	-	(50.910)	(58.366)
Armazenagem	-	-	(6.322)	(14.431)
Viagens e estadias	(1.777)	(3.165)	(11.538)	(15.354)
Depreciação	(2.448)	(1.309)	(14.239)	(12.536)
Amortização de intangíveis	(18.005)	(19.725)	(52.940)	(66.260)
Amortização do direito de uso	(2.282)	(2.290)	(62.604)	(70.059)
Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	(155.364)	-	(822.257)	-
Impostos e taxas	(141)	(144)	(5.308)	(5.592)
Aluguéis	(376)	(361)	(12.393)	(7.663)
Eventos e confraternizações	(670)	(423)	(1.493)	(816)
Marketing e propagandas	(580)	(1.502)	(6.500)	(11.449)
Seguros	(309)	(129)	(7.411)	(5.162)
Água, energia elétrica, telefone e internet	(316)	(341)	(8.722)	(9.426)
Provisões para perdas de crédito esperadas	-	-	(321.022)	-
Perda com baixa de títulos cedidos (ii)	-	-	(249.144)	(60.779)
Reversão de perdas de créditos esperadas	-	-	105.901	-
Perdas e danos de estoque	-	-	(78.943)	(44.932)
Combustíveis e lubrificantes	(17)	(34)	(22.368)	(25.022)
Honorários advocatícios	(5.358)	(5.358)	(5.358)	(7.532)
Outras despesas administrativas (iii)	104.910	135.575	(39.025)	(41.022)
Total	(239.554)	(26.236)	(6.603.046)	(7.949.078)

Classificado como:

Custo	-	-	(4.403.165)	(7.022.957)
Despesas gerais e administrativas	(239.554)	(26.236)	(2.199.881)	(926.121)

- (i) Inclui valor justo de estoques vendidos obtidos através de combinações de negócios, no montante de R\$ 475, respectivamente, para o exercício findo em 30 de junho de 2024.
- (ii) Inclui o valor de R\$194.080 de perdas em cessões de créditos com partes relacionadas mencionadas na Nota 26.
- (iii) Corresponde ao reembolso de despesas administrativas rateadas às subsidiárias, reconhecido como receita na controladora.

30. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora			Consolidado
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS Crédito Extemporâneo	115	-	16.326	24.959
Resultado líquido de venda de ativos fixos	-	-	1.242	2.803
Ajuste de preço das aquisições societárias	-	6.305	-	18.569
Outras receitas (despesas) operacionais	5	5.146	(1.251)	2.134
Total de outras receitas e (despesas) operacionais	120	11.451	16.317	48.465

31. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	1.751	(144)	17.518	9.946
Juros provenientes de contratos com clientes	-	-	277.084	359.530
Atualização SELIC - Crédito extemporâneo	-	-	2.295	18.902
Repasses de encargos financeiros CRA pelas subsidiárias	49.240	-	-	-
Outros	15.062	40.270	40.565	5.580
Receitas financeiras	66.053	40.126	337.463	393.958
Juros de empréstimos	(564)	-	(86.201)	(184.290)
Juros de CRA (Certificado de recebíveis agrícolas)	(57.521)	(28.535)	(58.623)	(28.535)
Juros de aquisições de subsidiárias	-	(2.023)	(3.599)	(13.018)
Juros de cessões de recebíveis	-	(235)	(126.482)	(73.513)
Juros de arrendamentos	(527)	(460)	(11.849)	(15.824)
Juros passivos de fornecedores	(1.440)	(126)	(589.541)	(667.072)
Juros com partes relacionadas	(40.141)	(28.515)	(71.600)	-
Outros	(7.278)	(3.104)	(89.426)	(56.705)
Despesas financeiras	(107.471)	(62.998)	(1.037.321)	(1.038.957)
Perda na variação do valor justo dos contratos futuros de <i>commodities</i>	-	-	(93.793)	(108.748)
Ganho na variação do valor justo dos instrumentos derivativos	(11.209)	(1.911)	(38.429)	27.105
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(305)	-	(1.168)	6.238
Variação cambial de contas a receber e fornecedores, líquido	(3)	16	217	(27.619)
Variação cambial de empréstimos	-	-	2.056	(11.948)
Outras despesas financeiras	(11.517)	(1.895)	(131.117)	(114.972)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52.935)	(24.767)	(830.975)	(759.971)

32. Transações que não envolvem o caixa

A Companhia realiza transações não monetárias que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. As principais transações não monetárias estão relacionadas as seguintes transações:

Aumento de participação de não controladores

Aumento de participação de não controladores por meio de emissão de ações, conforme descrito na Nota 22 e as transações com partes relacionadas, conforme nota 26.

Cessão de recebíveis

As transações sem efeito caixa referem-se à cessão de recebíveis da Companhia para liquidação de passivos relacionados à aquisição de insumos de partes relacionadas controladas por fundos geridos pelo Patria Investments, no montante de R\$ 743.400, com perda no valor de R\$88.179, conforme Nota 26.

Outras transações

A Companhia também teve adições não monetárias de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R\$ 6.216 em 2025 (R\$ 102.668 em 2024).

33. Eventos subsequentes

(a) Atualização do Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 9 de setembro de 2025, a Lavoro Brasil comunicou nos autos do processo de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRE"), que concluiu com êxito a obtenção do apoio majoritário dos credores fornecedores necessários para a homologação judicial, passando o quórum de aprovação e adesão de 37,34% para 52,21%. O processo de homologação judicial permanece em andamento até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras.

(b) Transações com partes relacionadas

Após 30 de junho de 2025, a Lavoro realizou nova transação relacionada à aquisição de insumos de partes relacionadas controladas por fundos geridos pelo Patria Investments no montante de R\$ 165 milhões.

(c) Renúncia ao direito de declarar o vencimento antecipado ("waiver") - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Em 30 de julho de 2025, foi realizada assembleia pelos titulares do Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), na qual foi aprovada a renúncia ao direito de declarar o vencimento antecipado das Notas Comerciais ("waiver") e, consequentemente, do próprio CRA pelo não cumprimento de certos índices financeiros (covenants), conforme descrito na nota 20.

Como contrapartida, a Lavoro assumiu a obrigação de efetuar o depósito, em conta vinculada à securitizadora, de valor equivalente a 4 parcelas mensais de remuneração subsequentes, conforme previsto no Termo de Emissão. Esse montante deverá ser utilizado mensalmente para a liquidação das obrigações vincendas e, até a data de vencimento final ou eventual liquidação antecipada, deverá ser mantido saldo equivalente a uma parcela mensal de remuneração na referida conta.

Adicionalmente, a partir de outubro de 2025, e a cada seis meses subsequentes, a Lavoro se compromete a realizar novo depósito equivalente a 6 parcelas mensais de remuneração, destinado à liquidação das obrigações futuras.

Em decorrência da concessão do waiver, o saldo em aberto dessa dívida retornou ao passivo não circulante a partir de julho 2025.